

# ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIV Mensário, Agosto 1998 Nº278 Preço 140\$00

• **Guiné**  
ADFA auxilia associado Sambel Baldé, depois da sua fuga ao conflito.  
**página 8**

• **Férias**  
Praia de Vila Nova de Mil Fontes já tem nova passadeira de acesso para deficientes.  
**página 10**

• **Delegações**  
Sardinhada em Setúbal e campeões da pesca em Coimbra.  
**página 6**

• **Expo'98**  
Campanhas de desminagem sensibilizam visitantes.  
**página 7**



PORTE PAGO

# Órgãos de Soberania preocupados com deficientes

## Stress de Guerra na Assembleia da República

## Ex-prisioneiros de guerra com pensão

*A Assembleia da República fez publicar uma lei que institui medidas de apoio aos ex-prisioneiros de guerra e irá discutir uma proposta que já lhe foi submetida, a fim de criar lei sobre o "Stress de Guerra".*

*O Governo acaba de publicar diplomas que criam o Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, incentivos ao emprego domiciliário aos trabalhadores portadores de deficiência e reduzem a taxa de rádio-amador para deficientes com grau igual ou superior a 60 por cento de incapacidade, para além de ter aprovado três decretos-lei, já noticiados na última edição do ELO, que aguardam publicação.*

*Entretanto, o Governo aprovou também uma proposta de autorização legislativa, a aprovar pela Assembleia da República, que permitirá alterar as normas do Imposto Automóvel, com reflexos nos deficientes.*

*Por outro lado, a Proposta de Decreto-Lei para os deficientes "sem nexa" tem sido alvo de bom acolhimento nos meios envolvidos, que têm sustentado posições concordantes ou próximas das da ADFA.*

**págs 8, 9, 13 e 16**

Diploma dos "Capitães-Coronéis"

Direcção Nacional remete exposição a várias entidades

**página 9**

Associados descontentes

**página 2**

Entrevista

Enquadramento sobre reivindicações legislativas

Presidente da Direcção Nacional faz o ponto da situação das questões pendentes

**página 9**

Ficha técnica

**ELO**

**PROPRIEDADE**

Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Email: adfa@mail.telepac.pt  
Internet: http://www.adfa-portugal.com

**ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO**

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA  
1600 LISBOA  
Telefone: (01)7570502  
7570583 / 7570645  
Fax: 7571319

**DIRECTOR**

António Carreiro

**REDACÇÃO**

Rafael Vicente (editor),  
Anabela Vieira (norte)  
Farinho Lopes (fotografia),  
Maria José Carriço (secretariado)

**COLABORADORES**

Abel Fortuna, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Helena Afonso, Hugo Guerra, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, José Valente dos Santos, Lia Katali, Mário Inácio, Patuleia Mendes, Sá Flores.

**PUBLICIDADE**

Maria José Carriço

**CONCEPÇÃO GRÁFICA**

Maquetagem  
João Conceição

**PRÉ-IMPRESSÃO**

Grafibarra, Artes Gráficas, LDA  
Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7°C  
2625 Póvoa Santa Iria  
Tel./FAX: 956 62 63

**MONTAGEM**

Tipografia Escola da ADFA  
Rua da Artilharia Um  
1070 Lisboa  
(Anexo do Hospital Militar Principal)  
Tel. 385 35 93

**IMPRESSÃO**

Imprejornal Sociedade de Impressão, SA  
Av. Infante D. Henrique, 334  
1990 Lisboa  
Tel. 851 21 88

**GRAVAÇÃO DO ELO SONORO**

Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

**Depósito Legal: 99595/96**

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

**ASSINATURA ANUAL**

1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número  
9 500 exemplares

Abaixo-assinado ao ministro da Defesa

Associados descontentes com diploma dos "Capitães-Coronéis"

Um grupo de associados, abrangidos pelos decretos-lei n.º 210/73 e n.º 43/76, entendeu manifestar o seu descontentamento na sequência da publicação do Acórdão n.º 563/96 do Tribunal Constitucional e do D.L. n.º 134/97, de 31 de Maio, fazendo circular um abaixo-assinado que tencionam enviar ao Ministro da Defesa Nacional.

O Acórdão do Tribunal Constitucional possibilitou o reingresso no activo dos deficientes das Forças Armadas que não tiveram a possibilidade de refazer as suas carreiras e o "decreto dos Capitães - Coronéis" veio regulamentar a situação, consagrando o direito à revisão da pensão, após promoção ao posto em que se encontravam graduados, de apenas alguns deficientes do Quadro Permanente, designadamente deixando de fora os do Quadro de Complemento.

As "diferenças de tratamento", foram consideradas "inaceitáveis" por estes associados que, em protesto contra a prática dos diplomas publicados, querem dirigir ao Ministro da Defesa Nacional, Veiga Simão, a manifestação do seu desagrado.

No documento é solicitado que o conteúdo do Acórdão do Tribunal Consti-

tucional seja "traduzido em lei", através da extensão do D.L. n.º 134/97, de 31 de Maio, "a todos os deficientes das Forças Armadas que não viram as suas carreiras refeitas", não tendo sido promovidos ao posto a que teriam ascendido se ainda estivessem no serviço activo. Nestas condições incluem-se as praças do Exército e da Força Aérea que, "de facto, nunca puderam optar".

Os promotores da iniciativa solicitaram à Direcção Nacional autorização para efectuar uma reunião no auditório da Sede, que se efectivou no dia 9 de Julho, a que alguns elementos dos Órgãos Sociais Nacionais também compareceram. Nesta reunião foram os presentes informados de uma exposição da DN sobre a matéria, onde se sustenta posição algo diferente da defendida por este grupo de associados, com um pedido de audiência ao Ministro da Defesa, à Comissão Parlamentar da Defesa e à Comissão Parlamentar dos Direitos, Liberdades e Garantias.

O grupo enviou o abaixo-assinado às delegações e vai também solicitar autorização à DN para utilizar as estruturas da Sede, a fim do documento estar à disposição dos interessados que entendam subscrevê-lo. •

R.V.

Reabilitação e integração em Frankfurt

Vai realizar-se, de 21 a 24 de Outubro deste ano, a 10ª Feira Internacional de Enfermagem, Reabilitação e Integração, em Frankfurt, no "Rehab-City", onde cerca de 560 expositores, de 16 países, vão apresentar os seus produtos e serviços.

Desta vez, a feira "Rehab" vai ter lugar em Frankfurt, ao contrário do que aconteceu noutros anos em que a feira decorreu em Karlsruhe. A mudança vai trazer mais espaço, com um aumento para 36,2 quilómetros quadrados de área para exposição.

A Feira mostra todos os aspectos da vida, em temas expostos aos portadores de deficiência e aos profissionais vocacionados para esta área da saúde, considerando a comunicação e a mobilidade, bem como, comodidade, viagens, tempos livres, recreação e desporto na área da deficiência. O trabalho e as tecnologias de informação, a informática e as ajudas personalizadas são outras áreas a explorar neste certame.

Cartão de estacionamento para deficientes

O Conselho da União Europeia recomendou, em 4 de Junho, que os Estados-Membros instituíam o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência.

A proposta marca como data para a entrada em vigor desta medida o dia 1 de Janeiro de 1999.

Esta cartão poderia ser utilizado "em paralelo com outros cartões emitidos nos Estados-membros", segundo referiu o Conselho ao Jornal Oficial das Comunidades Europeias. A criação deste cartão poderia trazer mais benefícios no que respeita à mobilidade das pessoas com deficiência. De acordo com o que é proposto, as pessoas detentoras deste documento poderiam estacionar em local próprio e de modo a não percorrer longos trajectos, desde que o cartão seja posto na dianteira dos automóveis.

O concelho refere ainda que a Conferência Europeia dos Ministérios dos Transportes "já aprovou uma resolução desti-

nada a incentivar a emissão e o reconhecimento mútuo dos cartões de estacionamento para pessoas com deficiência".

A recomendação do Conselho da União Europeia aponta para a maior facilidade de acesso e para maior autonomia das pessoas com deficiência.

Terapia de grupo para Stress de Guerra

A ADFA vai incluir nos serviços clínicos que presta aos associados a terapia de grupo, para tratamento do Stress de Guerra. Esta iniciativa da DN inclui o tratamento de "todas as perturbações psicológicas crónicas causadas pelas experiências de guerra, em ex-combatentes das Forças Armadas Portuguesas".

A proposta, onde está prevista a criação destas sessões já para o próximo mês de Outubro, abrange a assistência aos familiares das vítimas da doença, pois também eles sofrem perturbações psicológicas em consequência dos problemas dos ex-combatentes.

As sessões de terapia de grupo podem funcionar como equipas multidisciplinares, de acordo com os conceitos da medicina geral para esta área da psicopatologia.

A equipa de trabalho é composta por Fernando Brito, médico de clínica geral, Monteiro Ferreira, médico psiquiatra, Teresa Infante, psicóloga, José Tropa e Afonso de Albuquerque, médicos psiquiatras, ficando a cargo do último a orientação do grupo terapêutico.

As consultas e as sessões de terapia de grupo podem vir também a desempenhar funções formativas e de investigação clínica, estabelecendo estudos e resultados que permitam melhorar o conhecimento científico e profissional dos técnicos.

A sensibilização social e política sobre este problema é outro objectivo da ADFA, bem como a possível relação com outras organizações, sociedades científicas ou instituições de solidariedade social, de forma a facilitar a investigação sobre o Stress de Guerra, tanto a nível nacional, como no domínio internacional, com especial destaque para as organizações congéneres dos PALOP. •

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de cada mês, pelas 21h00 tem lugar a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Não se efectua em Agosto.

Reunião na Sede Nacional

Na última 6ª feira de cada mês, tem lugar a reunião de sócios na Sede Nacional, pelas 20h30. Não se efectua em Agosto.

Almoço-convívio em Évora

No 1º Sábado de cada mês, a Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações e futuras inscrições, contactar Manuel Maria através do telefone (066) 81586 ou para o telefone da Delegação de Évora (066) 23 473.

Viagem a Benidorm

De 21 a 30 de Agosto, a Delegação do Porto realiza uma viagem a Benidorm. O preço inclui alojamento em hotéis perto da praia, passagem pelas discotecas e excursões. O dia 29 está reservado para o regresso, pelas 17h00, com chegada ao Porto pela manhã do dia seguinte. Inscrições no Gabinete de Serviço Social, na Delegação do Porto.

Aniversário do Núcleo de Maputo

A 31 de Agosto, Segunda-feira, comemora-se o aniversário da fundação do Núcleo do Maputo, com um convívio entre associados. Esta data é festejada pelos cerca de 100 associados, que fazem parte deste Núcleo.

Visita à Expo'98 (I)

Nos dias 5 e 6 de Setembro, Sábado e Domingo, os associados e amigos da Delegação de Coimbra visitam a Expo'98. A partida tem lugar em Cantanhede, com paragem na Mealhada, Coimbra, Condeixa, Pombal e Leiria. Inscrições na Delegação de Coimbra, até ao dia 15 de Agosto. O preço é de 3.000 escudos por pessoa.

Convívio em Alcobça

No dia 12 de Setembro, Sábado, o Núcleo ADFA de Alcobça organiza um almoço-convívio no Pinhal de Valado de Frades, com jogos tradicionais e muita animação. Inscrições pelos telefones: (062) 502354 / 503133 / 544283 / 596253 / 581492 / (01) 7570502.

Visita à Expo'98 (II)

De 21 a 23 de Setembro, a Delegação do Porto organiza uma visita à Expo'98. O preço por pessoa é de 34.500 escudos, incluindo alojamento, transporte e entrada no recinto da Exposição. As crianças com idades compreendidas entre os cinco e os 15 anos beneficiam de 50 por cento de desconto e os seniores nascidos até 1933 pagam 27.250 escudos. Inscrições no Gabinete de Serviço Social, na Delegação do Porto.

Ajudas técnicas na Exponor

De 24 a 27 de Setembro tem lugar a feira de ajudas técnicas - AJUTEK - na EXPONOR, no Porto. A ADFA também vai estar representada no certame.

Concerto de Outono em Alcobça

Dia 10 de Outubro, Sábado, pelas 21h30, a ADFA organiza um concerto coral no Mosteiro de Alcobça, com actuação do Coro de Sto. Amaro de Oeiras, dirigido pelo maestro César Batalha. A Câmara de Alcobça, a Junta de Freguesia e outras entidades locais, prestam todo o apoio logístico ao Núcleo de Alcobça na realização deste concerto, que contará com a assistência da população de Alcobça. Fica o convite a todos os associados, seus familiares e amigos para virem a Alcobça ouvir o Coro de Sto. Amaro de Oeiras.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Adriano José Amorim Pereira	José Francisco Marques Rodrigues
Anso Camará	José Luis Drumond Vasconcelos
António Dias Marcos	José Ramos
António Joaquim	Laurentina Pereira Rodrigues
Arsénio Catarino Costa	Manuel José Ramos
Fernando Augusto Marques Pereira	Manuel Mamadu Djaló
Francisco Artur Cordeiro dos Santos	Manuel Pereira
Glória Maria Conceição Borges Silva	Maria Bebiana Correia Rodrigues
Guilherme Bolas	Maria Isabel Gomes Pereira
Jacinto Amaro da Costa	Maria Isabel Santos Sá
João Rodrigues Ferreira	Otcha Imjaque
Joaquim da Silva Vieira	Rita Maria Passarinho Alves
José Abdu Nhamajo	Saul Gavanha Anselmo
José Augusto Leal dos Santos	

O ELO corrige

• Por lapso, na edição de Julho, na notícia da página 6, intitulada "Delegação de Bragança celebra 24 anos", onde se lê "cerca de 2200 pessoas", deve ler-se "cerca de 200 pessoas".

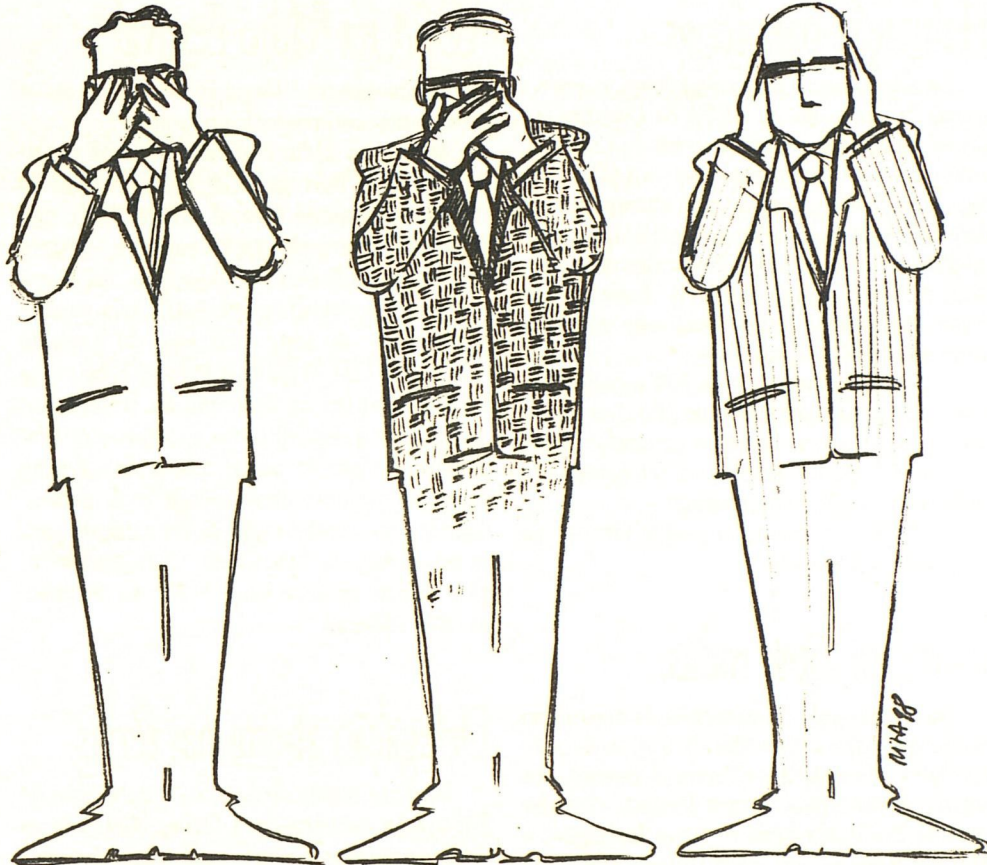
Pelo sucedido, apresentamos as nossas desculpas.



Jaime Ferrer

# Responsabilidades

Portugal não pode alhear-se desse sentido de justiça; da reparação jurídica, moral e política que uma história de glórias impõe a dar lugar à nova história onde o homem, a liberdade, a solidariedade se assumem como os autênticos padrões de heroísmo e convivência cívica.



Xanana Gusmão parecia "engasgado" quando o jornalista Rui Araújo lhe perguntou o que esperava de Portugal nesta quase promessa de viragem que parece chegar a Jacarta.

Realmente, para além do peso da câmara da RTP, era de cortar à faca o ambiente no estúdio-cela da entrevista... Os indonésios faziam segunda gravação e vasculhavam o sentido das palavras como se delas estivessem latentes denúncias comprometedoras.

Mas Xanana Gusmão numa resposta demorada, pensada, filtrada, limitou-se a dizer que esperava "que Portugal cumprisse com as suas responsabilidades jurídicas e políticas..."

É realmente esta, a sina de Portugal. Um país pequeno a confundir-se, em área, com cada uma das nacionalidades que fazem a Ibéria mas grande pela história que porfia com as glórias de Espanha.

Alguns dos desatinos exigem um feito imediato. Temos a esperança desse braço de ferro que iniciado com Angola se estendeu agora a todos os países de expressão portuguesa e que pode levar ao entendimento entre o governo de Nino Vieira e a força das armas do brigadeiro Mané.

Depois da guerra que Portugal prolongou em treze anos de dor restam ainda pequenos focos de imposição bélica, populações que sofrem o desatino do poder ou da ânsia de o possuir.

Mesmo cá, neste rincão onde a vida se constrói pela palavra, pela estabilidade do escudo, pelo crescimento sustentado, existem ainda responsabilidades a que o estado foge como se não fosse colectivo o pesar e a satisfação equitativa do direito dos homens.

Resta sempre um homem que ainda

faz guerra consigo mesmo. E o tributo de outras guerras, outros sofreres, desta participação colectiva e quase sempre inocente (era-se carne para canhão sem saberes para discutir a decisão) na grande história dos orgulhos pátrios. Mesmo cá, neste país europeu e em progresso, ainda há responsabilidades jurídicas e políticas por satisfazer com a agravante de aqui começar o laivo da nacionalidade.

Tenho um amigo que antes da guerra foi professor do ensino básico. O destino enviou-o às colónias como fazedor de história e devolveu-o ferido à cama do hospital militar. Regressado à vida foi de novo professor, mestre, participante da história passiva que alimenta as

vaidades da que tem de livro honra. Não se considerou reformado nem acabado. Ser amputado, ter a marca visível da guerra foi também uma forma clara de contra ela lutar. Está, agora, a dois passos da reforma. O Ministério da Educação há muito lhe dá o tempo, lhe preencheu como aos demais da sua idade o registo biográfico. Mas um decreto que não conhecia, mais velho que ele próprio, tira-lhe o tempo e os descontos anteriores e elimina-lhe os anos que passou na guerra. É a paga ao homem que se procurou integrar, participando como cidadão na feitura deste Portugal europeu que às vezes tira com uma mão o que com a outra aceitou repor. Se procurássemos nos milhares, nos

muitos milhares de homens que foram à guerra, muitas injustiças se encontrariam. E esse o preço a pagar pela guerra injusta que fizemos. Resolvidos uns problemas há sempre outros a merecer a nossa dedicação. A injustiça que existia na desprotecção das viúvas e órfãos de guerra não pode ser motivo de a este país não reclamarmos, e cada vez mais insistentemente, a reparação das vítimas de stress de guerra. Portugal não pode alhear-se desse sentido de justiça; da reparação jurídica, moral e política que uma história de glórias impõe a dar lugar à nova história onde o homem, a liberdade, a solidariedade se assumem como os autênticos padrões de heroísmo e convivência cívica.



António Carreiro

Ah! Se eu soubesse!...

O esforço de consciencialização de políticos e entidades para os reais problemas dos deficientes militares, a sensibilização efectiva da comunicação social, a tenacidade e firmeza das movimentações associativas, a assunção de posições responsáveis, alicerçadas em argumentos de justiça, condizentes com uma atitude de diálogo séria, está a surtir os seus efeitos, gerando em consequência quer a aprovação de alguns diplomas quer a preparação de outros que venham obviar a situações de confrangedor sofrimento não resignado, por isso mesmo mais tumultuoso e sofrido de indignação.

É que já se escoaram vinte e cinco anos de vida em leito de angústias, de estóico rastejar pelos dias, de rolar de corações despedaçados em escolhos permanentes, rasgando a dor, às vezes, vizinha da miséria.

A actividade legislativa agora tida como necessária pelos políticos - com um quarto de século de atraso - veio trazer-me à memória a visita do Marechal Spínola à ADFA, em Novembro de 1995.

Perante a exposição de mazelas desprotegidas, num auditório repleto de incondicionais admiradores, antigos ex-combatentes, muitos dos quais haviam serviço sobre as suas ordens, António Spínola não se conteve, chorando convulsivamente um reconhecimento e reparação esquecidos e apenas balbuciando um "Ah! Se eu soubesse!..."

Não obstante, a aparência da descoberta pelos políticos desta realidade que nos envergonha, por durante anos sem fim se ter regateado o amparo e reconhecimento a filhos dedicados, não pode a ADFA baixar os braços, nem nós, associados, esquecermos o constante combate que é preciso travar diariamente, na defesa dos valores que nos movem, junto do poder político e, desde logo, deixando a nossa mensagem às gerações vindouras, a partir das escolas.

Há muito para fazer e a azáfama legislativa actual está longe de abarcar todo o conjunto de situações que urge resolver.

Não poderemos permitir que políticos mais distraídos - daqui a outro quarto de século - quando a guerra do fim do império se confundir nebulosamente com a viagem de Vasco da Gama, se venham redimir, no auditório da ADFA fantasmagoricamente decorado com as nossas próprias almas, mesmo em pranto sincero, exclamando: "Ah! Se eu soubesse!"

## Episódios



José Diniz

Em meados dos anos sessenta, quando fenómenos como os Beatles, Che Guevara, a rebeldia dos Hippies e os movimentos estudantis que desembocaram no Maio de 68 protagonizavam viragens sociais e políticas irreversíveis no velho continente e nas Américas, os jovens deste País à beira mar plantado mal tinham tempo para sonharem esses idealismos, enredados que se viam numa realidade bem diferente ao enfrentarem em África outro dos fenómenos da época, que foram os movimentos independentistas das colónias.

Como tantos outros milhares de rapa-

## Outros rios, outras águas, outros combates...

zes da sua idade, também aquele jovem alferes foi um dia metido no "Niassa" e mandado "em missão de soberania". Entre os soldados que lhe couberam e com quem iria calcorrear as picadas e savanas de Moçambique, ainda hoje evoca com frequência a figura de um que toda a gente conhecia apenas por 407. Abruptamente arrancado à Serra Algarvia, teimava em manter-se no seu estado puro, qual rocha mal talhada e inapropriada para esculpir, raízes e galhos saindo das suas terrosas fendas. Assim se manteve avesso a toda a instrução, a militar e a das escolas regimentais, confiando apenas na sua sólida robustez física que até aí bastara ao curto horizonte das suas ambições de trabalhador rural. Para quê então a trabalhadeira toda de aprender a ler, a escrever e a fazer contas?!

Face à sua inaptidão para as lides mili-

tares, o alferes podia tê-lo rejeitado no final da especialidade, condenando-o a vegetar numa vida de "básico" num qualquer quartel durante os três anos de serviço militar. Mas preferiu levá-lo para a guerra e isso constituiu para ele uma honra. Era tal o respeito e a fidelidade quase canina que nutria pelo seu comandante que chegou a afirmar que se um dia lhe acontecesse algum mal o havia de carregar às costas fosse lá de onde fosse.

Chegados a Moçambique, e antes que a sua pouca habilidade em lidar com a G3 desse para o torto, arranjou-se uma ocupação mesmo à sua medida. Era manter uma boa fogueira debaixo dos caldeiros onde a água, apanhada no Rovuma, tinha que ser bem fervida, sob pena de pôr fora de combate toda a Companhia, como ia acontecendo nos primeiros tempos, enquanto tal

tarefa esteve confiada ao cabo clarim que apreciava mais a "água de Lisboa" do que a do Rovuma infestada de micróbios. Habitado à aspereza e ao calor do seu Algarve, o soldado 407 cumpriu abnegadamente a missão de "cozer" a água, como ele dizia, sentindo-se verdadeiramente útil.

Com o passar dos meses desabrochou e tornou-se mais sociável, acabando por conquistar o carinho dos seus camaradas.

Numa já longínqua manhã de Setembro o seu alferes acabou por tombar ferido com uma mina. Felizmente o helicóptero estava lá e o 407 não teve oportunidade de cumprir a sua promessa. Mas o alferes ainda guarda bem viva a expressão de tristeza e de desgosto daquele seu soldado ao ver o seu comandante e protector ferido, remoendo talvez infundados sentimentos de culpa por não lhe poder valer.

## Alcobaça

### Convívio em Setembro

O Núcleo ADFA de Alcobaça organiza, no dia 12 de Setembro, Sábado, um convívio anual, em Valado de Frades, no parque das merendas, (junto à estação do caminho de ferro), entre Alcobaça e a Nazaré.

A concentração dos associados faz-se no pinhal, pela manhã, ao que se segue uma sardinhada e febras. Quem quiser pode levar bolos para repartir.

Vão ter lugar alguns jogos tradicionais como o chinquillo, corrida com sacos, jogo da corda, sendo a festa animada com muita música.

Elementos da organização vão estar no Pinhal de Valado de Frades, onde vão prestar todas as indicações aos associados.

As inscrições podem ser feitas até ao dia 10 de Setembro para os seguintes telefones: (062) 502354 - 503133 - 544283 - 596253 - 581492 ou para o departamento de Animação Cultural Desporto Lazer e Associativismo, na Sede da ADFA, telefone (01) 7570502.

## Bragança

### Férias da Delegação

Por motivo de férias, a Delegação de Bragança vai estar encerrada de 3 a 26 de Agosto.

## Castelo Branco

### Maior solidariedade entre associados

A Delegação de Castelo Branco reuniu, no passado dia 18 de Julho, em Assembleia Geral Extraordinária, no sentido de apurar as necessidades da Delegação e dos associados que dela fazem parte.

Cerca de 60 pessoas ouviram o presidente da DN, Humberto Sertório, defender a unidade e apelar à "maior participação dos associados na vida da Delegação".

A reunião teve início com uma breve exposição sobre as reivindicações legislativas da ADFA e com um ponto de situação quanto aos três diplomas já aprovados. As jornadas associativas realizadas nos últimos meses serviram de exemplo para ilustrar o esforço que, segundo Humberto Sertório, "tem que ser feito um conjunto" lembrando ainda que, "depois da saída dos dois diplomas - sobre os deficientes em anexo e sobre o Stress de Guerra - as condições sociais básicas ficam completas".

Seguidamente falou-se do grave problema que resulta da ausência de contactos com as entidades oficiais da região e com os Órgãos de Comunicação Social regionais, tendo José Garrido Nunes, presidente da Direcção da Delegação de Castelo Branco, lembrado os cerca de 600 associados que compõem a Delegação, retorquindo que "tudo o que se conseguiu para a Delegação, não custou dinheiro à ADFA", sem no entanto adiantar a que se deve este estado de coisas.

Para o presidente da Delegação o que conta é o "amor à camisola", sempre com a ideia da evolução progressiva. No entanto, todos estavam de acordo quanto à falta de formação nos serviços da Delegação. O apelo à motivação dos associados ficou completo com o pedido de maior apoio à Sede, no que respeita a novos projectos e à formação dos funcionários da Delegação.

O associado Carlos Bicho defendeu, que "a Direcção da Delegação de Castelo Branco tem que ter originalidade e empenho, para fazer funcionar os ideais dos associados", deixando antever o entusiasmo dos albicastrenses.

Da reunião ficou um voto de solidariedade e a imagem de um futuro mais sereno, a lembrar que a evolução técnica não existe sem a colaboração humana.

## Coimbra

### Habitação para férias

De acordo com o protocolo celebrado entre a secção de campismo da ADFA de Coimbra e o Clube Campismo e Caravanismo de Coimbra, encontra-se à disposição dos campistas da Associação uma casa serrana propriedade daquele clube com água e electricidade; dois quartos com seis beliches; duas casas de banho; duas lareiras; sala de convívio, cozinha com fogão, frigorífico e loiças, localizada em plena Serra da Lousã.

O preço por pessoa é de 500 escudos/dia, com estadia até ao máximo de oito dias. Basta levar roupa para as camas e alimentos. Pode utilizar-se veículo próprio ou transporte da Delegação da ADFA em Coimbra.

O contacto e marcações podem fazer-se na Delegação de Coimbra.

### Coimbra sobre rodas

Na continuação da campanha de angariação de fundos para a carrinha de 9 lugares para transporte de associados, foram já recebidos os seguintes donativos: Álvaro Mendes, com dez contos; Francisco Leal, António Rodrigues e Manuel Ramos, com cinco contos; Fernando Nunes, com três contos; Manuel Pereira e Henrique Completo, com dois contos.

## Évora

### Férias da Delegação

A secretaria da Delegação de Évora encerra no mês de Agosto, por motivo de férias.

## Faro

### 19.º Aniversário

No passado dia 10 de Abril, a Delegação de Faro comemorou o seu 19º Aniversário, com um almoço no restaurante "Caçarola", em Vila Real

de Santo António. Estiveram presentes cerca de 120 pessoas, entre associados e familiares.

## Porto

### Manter a forma

Ginásio de manutenção e serviços clínicos abrem em Setembro na Delegação do Porto. As obras de remodelação do edifício pré-fabricado foram recentemente concluídas, faltando apenas a instalação dos equipamentos que, ao que tudo indica, será feita em breve.

As inscrições para ginástica de manutenção já se encontram abertas, podendo os associados e familiares interessados contactar a Delegação do Porto.

### ADFA na Rádio Festival

A direcção da Delegação do Porto esteve recentemente presente no programa "Convergência", na Rádio Festival. O convite partiu da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), que dispõe de um programa semanal naquela estação radiofónica. O objectivo, foi dar a conhecer a actividade que a ADFA tem vindo a desenvolver ao longo dos seus 24 anos de existência. Abel Fortuna e Manuel Ribeiro, os representantes da direcção da Delegação, abordaram questões como o caderno reivindicativo, além do papel que a Associação desempenha junto da sociedade civil, nomeadamente na sensibilização da comunidade para os problemas da deficiência. O programa vai para o ar no próximo dia 8 de Agosto (Sábado), das 9 às 10 horas.

### Delegação aberta nas férias

Durante o mês de Agosto, a Delegação do Porto não encerra para férias, podendo os sócios aproveitar a altura para tratar dos seus assuntos.

## Ponta Delgada

### Férias da Delegação

A Delegação de Ponta Delgada entra em férias a partir do dia 1 de Agosto até 3 de Setembro.

## Viseu

### Carrinha para Viseu

Com instalações próprias, novas, adaptadas, com o problema da acessibilidade e mobilidade resolvido, precisamos de adquirir uma carrinha

para os serviços da Delegação, estando a decorrer uma campanha de angariação de fundos que, com a solidariedade dos associados e amigos da ADFA, vamos conseguir concretizar. Todos devemos participar num projecto que é nosso, que é de todos os associados!

Já contribuíram com donativos: Francisco F. Batista, 10.000 escudos; Joaquim F. da Silva, 8.100 escudos; Joaquim Rodrigues, 5.000 escudos; Eduardo Gonçalves Matias, José Ferreira Bernardes, 5.000 escudos; Fernando Pereira Silveira, 4.000; Mário Sousa Lemos, 3.100 escudos; Adércio Massa Leitão, 3.000; António Ferreira Moreira, 3.000; Helder Oliveira Silvério, 1.000 escudos.

### Audiência com o Presidente da C. M. de Mangualde

A Direcção da Delegação reuniu com o presidente da Câmara Municipal de Mangualde para tratar da problemática da deficiência, na eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos e melhoria da acessibilidade para os cidadãos com deficiência.

Depois de analisar a legislação existente o autarca anotou também os locais da cidade para a colocação de estacionamento autorizados a veículos utilitários, adaptados à pessoa deficiente.

No que se refere às rampas de acesso aos edifícios públicos, o processo é um pouco complexo, pois, as estruturas são de há muitos anos. A legislação fala da sua adaptação, o que entendemos não ser fácil, apesar da disponibilidade da autarquia e da legislação em vigor.

### Monumento aos Combatentes do Ultramar

A comissão constituída por representantes da ADFA, Liga dos Combatentes, Governo Civil e Regimento de Infantaria 14 efectuou, a 23 de Junho passado, mais uma reunião para analisar todo o processo, verificando que faltava o documento da Câmara Municipal relativo à aprovação do projecto.

Feitos os contactos junto da autarquia adquiriu-se o documento de aprovação do projecto e de cedência do local onde se vai implantar o monumento aos Combatentes do Ultramar. Foi elaborado um projecto da candidatura junto da Comissão de Coordenação da Região Centro, Direcção Regional do Ordenamento do Território - Núcleo de Viseu, que permita obter ajuda para construção do monumento. Outros contactos estão a ser efectuados, bem como se encontra a decorrer uma campanha de angariação de fundos.



## ORTODUQUE

INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA.

Abriu em Lisboa, mais uma Ortopedia a "ORTODUQUE", na Av. Duque de Loulé, 75 - A - Telefone **357 26 36** (junto ao Marquês de Pombal), onde serão executados todos os tipos de próteses, ortóteses e seus similares.

A **ORTODUQUE** está equipada com os melhores e mais modernos equipamentos, quer em conforto e segurança, quer em tecnologia, e dispõe ainda de um espaço de venda ao público (atendimento personalizado) onde encontrará todo o tipo de artigos de **ortopedia (calçado e meios auxiliares de correcção e compensação)**, com uma equipa de técnicos, com muitos anos de experiência e bem conhecidos de todos Vós, nomeadamente o Sr. José Manuel, o Sr. Fernando Costa e como coordenador técnico o Sr. Victor Manuel (Manel), técnicos estes que ao longo da sua carreira profissional Vos prestaram serviços em várias casas da especialidade.

A **ORTODUQUE** agradece desde já a V. Visita.

Os Técnicos

# Reivindicações da ADFA aprovadas

Não venham com histórias de mal ou bem dizer, de maior ou menor protagonismo, porque de facto, o que nos preocupa é, sempre foi e será, as boas acções, o bem estar de todos os associados o apoio à Direcção Nacional para que tenha condições de, junto do Governo, fazer aprovar a legislação sempre actualizada ao tempo em que vivemos.

Estamos convictos de que com sabedoria e humanismo, a ADFA estará sempre firme e actuante na defesa intransigente dos direitos dos deficientes militares.

A última legislação aprovada no Conselho de Ministros, em 25 de Junho, pode considerar-se, depois da publicação do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, das maiores vitórias da Associação dos Deficientes das Forças Armadas a nível legislativo, e aqui, sem protagonismos, temos que reconhecer o

trabalho desenvolvido pela Direcção Nacional, que com a criação do Conselho Consultivo no Ministério da Defesa Nacional, com a colaboração dos três ramos das Forças Armadas. A Direcção Nacional, apoiada pelas delegações mais activas, soube, através do representante da ADFA, que se inteirou das realidades dos homens do serviço, Grandes Deficientes das Forças Armadas, da injustiça das Juntas da Caixa Geral de Aposentações, da injustiça dos Combatentes que trabalham e não podiam acumular a sua "magra" pensão com a reforma, fruto do seu trabalho e o reconhecimento do direito à pensão preço de sangue para todas as viúvas dos deficientes militares, e aqui trazemos a exemplificação de um caso sobejamente conhecido no Gabinete do primeiro ministro, no Ministério da Defesa Nacional e também apresentado pelo repre-

sentante da ADFA no Concelho Consultivo e que se refere à família Branco, Laurentina, que ficou viúva, com 11 filhos para criar, sem um único sustento, em condições deploráveis. Em Eido, Monteiras, Castro Daire, depáramos com esta família numa situação miserável, a agravar-se dia após dia.

É uma família sem nada de seu, a viver em condições degradantes, numa cave térrea, escura e húmida, a que não se pode chamar "casa", mas sim um fraco "abrigo". Bem merecido é o apoio material e moral que ali se deixa, graças à nossa generosidade e de pessoas amigas.

Finalmente fez-se justiça, e esta gente vai ter, direito a comer um bocadinho de pão, de leite e também um bife, de vez em quando, que era um alimento há muito desejado.

Para aprovação destes diplomas houve de

facto muito empenho da Direcção Nacional, vontade política do Governo e uma sensibilidade muito activa, dignificante para a problemática dos Deficientes Militares por parte do Ministro da Defesa Nacional, de quem de facto se espera grande abertura para as justas reivindicações da ADFA que ficam por satisfazer: os acidentes "sem nexos", acidentes "in itinere", o direito às Juntas por agravamento depois dos dez anos, o stress de guerra, o direito dos deficientes das Forças Armadas a serem colocados no último escalão do posto, o direito às promoções, etc.

Contamos com a Direcção Nacional! Podem contar sempre com Viseu, nas justas reivindicações dos Deficientes Militares! •

A Direcção da Delegação

## Projectos legislativos aprovados

# A união faz a força

A aprovação de nova legislação para os deficientes em serviço e para as viúvas foi motivo de grande contentamento, no entanto, ainda subsistem questões que devem ser urgentemente resolvidas, é o caso da diferença entre o que é "campanha" e "serviço".

A tomada de consciência por parte do Governo sobre os problemas dos deficientes militares que se traduziu na aprovação de nova legislação, foi o mote na reunião que todos os meses se realiza na Delegação do Porto.

Como já foi noticiado pelo ELO, o Conselho de Ministros aprovou três diplomas onde constam algumas das propostas contidas no caderno reivindicativo apresentado pela ADFA ao Ministério da Defesa Nacional.

Assim, e segundo a nova legislação, todas as viúvas terão direito a uma pensão de

sobrevivência; é possível aos deficientes considerados em serviço, no caso de serem funcionários públicos, a acumulação de pensões; passará a existir apenas uma junta médica constituída por dois médicos civis e um militar; a partir da agora com 60% de incapacidade, o deficiente em serviço já é considerado Grande Deficiente das Forças Armadas, ao contrário dos 70% de incapacidade exigidos pela anterior legislação.

A aprovação desta legislação foi considerada por Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto como "uma grande vitória associativa", além de ser "um passo importante na satisfação das nossas reivindicações".

Opinião unânime é a de que, apesar da aprovação deste pacote legislativo, os sócios não podem desmobilizar, ou seja, "devemos continuar unidos na luta pelas restantes

reivindicações que ainda não foram devidamente contempladas", afirmou o presidente da Delegação, com o acordo dos presentes.

## Festejo com champanhe

Apesar de ser notícia já conhecida, a aprovação dos diplomas foi motivo de festejo com champanhe. O sócio Júlio Dinis Chamusca, como forma de mostrar o seu companheirismo com os associados considerados em serviço que, só agora, ao fim de mais de duas décadas de luta, conseguiram ver satisfeitas algumas das suas reivindicações, não deixou passar a ocasião em branco, e abriu uma garrafa de champanhe, num gesto que simboliza a clara união dos associados.

Tendo em consideração o manifesto regozijo pela vitória alcançada, os deficientes considerados em serviço, continuam descontentes, pois afirmam que ainda existem muitas questões por clarificar. A principal, que consideram prioritária, diz respeito à ambiguidade que subsiste na definição do que é "campanha" e "serviço". Situações como a de Daniel Folha têm que ser resolvidas. Este associado ficou deficiente num acidente, numa zona considerada de 100 por cento de actividade operacional. Dos três ocupantes da viatura que seguia em coluna militar, um faleceu, outro foi considerado em campanha e Daniel Folha foi considerado em serviço.

Por isso, e mostrando que a união faz a força, os associados dizem que não vão desistir enquanto não for feita justiça.

Anabela Vieira

## Serviços das Delegações

### PORTO

**SERVIÇOS SOCIAIS**  
Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento  
**GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**  
Responsável: Dr.ª Margarida Marques  
**GABINETE JURÍDICO**  
Responsável: Dr.ª Manuela Santos  
**BAR / RESTAURANTE**  
Almoços: Dias úteis e primeiros Sábados de cada mês  
**CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA**  
Médico: Dr. Gustavo Wallenstein  
Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento  
**VIATURAS COM ISENÇÃO de DE IMPOSTOS**  
Assistente: Elizabete Couto  
**CAMPO DE JOGOS**  
Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho  
**CONTACTOS:**  
Telefone: (02)820403 / (02)820744  
Fax: (02)825242

### BRAGANÇA

Das 9H00 às 17H30  
Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00  
Telefone: (073) 32 24 12

### CASTELO BRANCO

Das 9H00 às 20H00  
**CLÍNICA GERAL E ORTOPEDISTA:**  
(Quando solicitados)  
Telefone: (072) 34 12 01

### COIMBRA

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00  
**CAMPISMO E PESCA (INSCRIÇÕES)**  
Telefone: (039) 82 77 12 Fax: (039) 83 89 13

### ÉVORA

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H30  
Telefone: (066) 23473

### FAMALICÃO

De Segunda a Sexta - Das 9H30 às 19H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00  
Sábados das 9H30 às 12H00  
(excepto no último sábado de cada mês)  
Telefone: (052) 322848 / 37 63 23  
Fax: (052) 37 63 24

### FARO

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00;  
Telefone: (089) 82 85 15

### FUNCHAL

Das 9H00 às 17H30  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00  
Reunião da direcção, todas as Quartas (nestes dias a delegação encontra-se aberta até terminar a reunião)  
Sextas- fechada à tarde  
Telefone: (091) 765171

### PONTA DELGADA

Das 9H00 às 17H30  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00  
Telefone: (096) 22221

### SETÚBAL

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

### UISEU

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00  
Telefone: (032) 416034

Convívio na mata de S. Paulo

# Sardinhada anima associados

FOTO: FARINHO LOPES



Animado convívio na frescura da mata de S. Paulo



Santana Guerreiro na guitarra e Eduardo Silva na viola, animaram os fados da tarde

Convívio animado, encontro de associados e amigos, fado e diversão, tudo isto fez parte da tradicional sardinhada organizada pela Delegação de Setúbal, no dia 4 de Julho.

Os cerca de 100 associados puderam experimentar as sardinhas e as febras que foram assadas ao ar livre, no meio do fado e da sombra dos eucaliptos da mata de S. Paulo, local que tem sido escolhido para a realização desta iniciativa, pois é um espaço amplo e de ambiente agradável e fresco.

Um dia de sol, com uma leve brisa

que refrescava as conversas e troca de impressões sobre a realidade associativa. Estiveram presentes membros dos órgãos sociais nacionais da ADFA e dos órgãos da Delegação de Famalicão.

Desde os mais jovens aos mais idosos, o clima festivo foi geral. Cesaltina Carvalho, mãe de um associado, conta já com 95 primaveras mas não deixa de participar num "encontro de amigos".

Houve também lugar para a poesia do associado António Calvino, que iniciou a sua participação com

um poema improvisado e terminou cantando o "Fado do Miliciano" a pedido dos amigos e acompanhado pelo guitarrista Joaquim Paixão. António Calvino, perante alguma falta de voz notada pelos convivas, reforçou ainda, com humor, que "o mais importante no fado, às vezes, não é a melodia, mas a mensagem que se tenta passar."

O fado marcou presença, na voz de Octaviano Sales, Fernando Machado, Raul Rosa e do associado Joaquim Reis. Na guitarra, Santana Guerreiro e na viola Eduardo Silva.

José Faria, presidente da direcção da Delegação de Setúbal, é o impulsionador desta iniciativa que já vem sendo um hábito na agenda da ADFA. "É tudo feito a pensar nos associados e nos momentos que podem viver juntos."

O esforço congregado dos associados de Setúbal proporcionou um dia inteiro de agradável confraternização, demonstrando a capacidade de dinamização associativa da ADFA e da Delegação de Setúbal. •

R.V.

## Delegações - Coimbra

13.ª Prova de Pesca Desportiva de Rio, em Coimbra

# Campeões da pesca trazem vitória à ADFA

A equipa da Secção de Pesca da ADFA de Coimbra atingiu, pela 6ª vez consecutiva, o título de "campeão regional de pesca desportiva de rio", na 13ª prova de Pesca Desportiva de Rio para Deficientes, integrada no programa das festas da Rainha Santa de Coimbra, que se realizou no passado dia 4 de Julho, no Choupalinho (Rio Mondego).

Depois de se ter consagrado campeã na modalidade de pesca de mar pela 4ª vez consecutiva, a equipa composta por Luís Baptista, Jorge Silva, Augusto Rosa e António Ramalho, associados da ADFA, conseguiu conquistar o maior prémio em pesca de rio com uma classificação de 50 pontos.

Competiram 13 equipas e cerca de 120 pescadores, ficando apurados para o Nacional os elementos da equipa da ADFA, bem como Júlio Seguro, Vítor Oliveira e Manuel Silva.

A prova decorreu dentro das expectativas, com a presença de deficientes de várias instituições e de diversos pontos do País. O convívio



Secção de Pesca de Coimbra, campeã pela 6.ª vez consecutiva

contou com a presença do 3º secretário da DN Aires Abrantes, do presidente da MAGD, Manuel Lucas, e do presidente da Direcção da Delegação, Manuel Parracho, entre outros representantes dos órgãos sociais da Delegação de Coimbra.

Os pescadores tiveram um papel preponderante, não só durante a prova em que ajudavam os deficientes

nos engodos, iscos e montagens, mas também durante o convívio, preparando os assados que marcaram a festa.

O local à beira rio, com sombras bem apetecíveis, num dia quente de Julho, fizeram com que as pessoas ali permanecessem até cerca das 19h00.

Os troféus, taças, canas de pesca e medalhas, chegaram para todos.

## Angariação de fundos para a pesca

Com tantas vitórias já é altura de dar aos pescadores da equipa da ADFA um equipamento que os identifique nas provas em que participam.

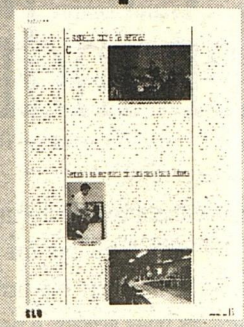
A Delegação de Coimbra abriu uma campanha de angariação de fundos para aquisição de vestuário próprio (camisola, colete e casaco), com a sigla da ADFA, para a prática de pesca desportiva, na Delegação de Coimbra.

A Sede já adiantou um montante de 150 contos para a participação na final do campeonato de pesca desportiva de mar, a realizar em Porto Covo em 18 de Outubro deste ano.

Fica o apelo à contribuição dos amigos da pesca, podendo os donativos ser endereçados para a secção de pesca da Delegação de Coimbra ADFA, Av. Fernão de Magalhães, 429 A, 6º F- 3000 - Coimbra. •

R.V.

## Revista de Imprensa



### DIÁRIO DE NOTÍCIAS

10 de Julho de 1998

"O futebol vai ser utilizado como uma arma para lutar contra as minas antipessoal. O carácter universal do desporto-rei encontrará assim uma das suas expressões na adesão a uma campanha internacional contra as minas antipessoal."

### DIÁRIO DE NOTÍCIAS

16 de Julho de 1998

"O deputado social-democrata Carlos Encarnação entregou ontem, na Mesa da Assembleia da República, um projecto de lei que visa apoiar as vítimas de stress pós-traumático de guerra. Inspirado em certa legislação norte-americana, publicada na sequência da Guerra do Vietname, este é um projecto inovador no nosso ordenamento jurídico. «Em Portugal, foi já em 1985, e por iniciativa da Associação de Deficientes das Forças Armadas, organizada a primeira reunião científica sobre o stress traumático, mas nenhuma resposta organizada se instituiu para este problema. Podem calcular-se em cerca de 40 mil a 50 mil os portadores desta perturbação na sua fase crónica. Não há legislação específica e a doença não faz parte da Tabela Nacional de Incapacidades», refere o preâmbulo deste projecto."

### CORREIO DA MANHÃ

23 de Julho de 1998

"Sensibilizar a opinião pública internacional para a urgência da assinatura da Convenção de Otava, contra as minas ant-pessoais, é o objectivo da petição que a Cruz Vermelha está a organizar no seu pavilhão e que mereceu a colaboração do Canadá."

A assinatura foi feita pela ministra dos Negócios Índios e Desenvolvimento do Norte do Canadá, Jane Stewart, na visita que realizou ao Pavilhão do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho."

## LEIA E GARDE...

Fazemos tectos falsos em "Pladur" (Gesso cartonado) em todas as medidas. Casas de Banho, Cozinhas, Salas, etc.

Fazemos orçamentos grátis com satisfação garantida

Telefone-nos: 0936-2430476

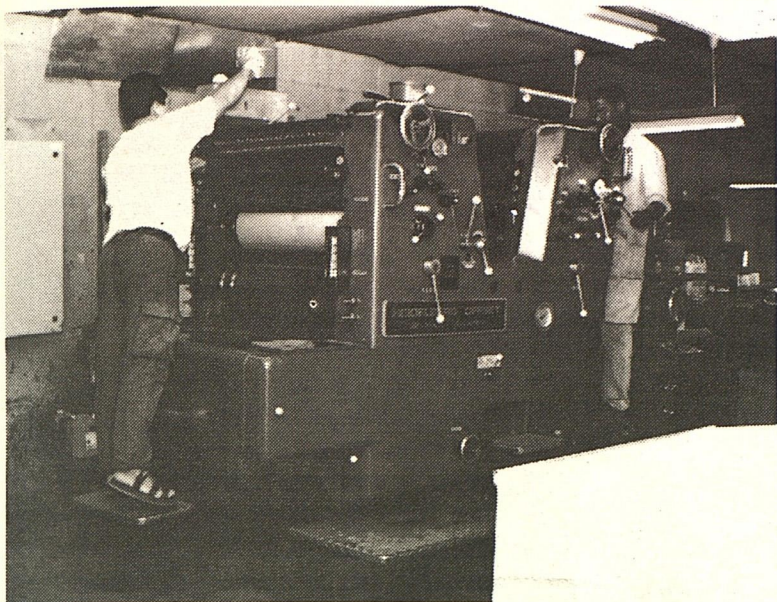
Somos: Rafael Cruz e Bruno Veríssimo

Esperamos por si !!!

Tipografia Escola da ADFA

# Melhores condições de trabalho para breve

FOTO: FARINHO LOPES



No Inverno é preciso proteger as máquinas

Um espaço mais amplo e melhores condições de trabalho é o que há anos é esperado na Tipografia Escola da ADFA, a funcionar na rua da Artilharia 1, dentro ao anexo do Hospital Militar.

A renovação das máquinas trouxe alguns entraves ao desempenho e bem estar dos trabalhadores que, também eles, aguardam com alguma ansiedade a mudança de instalações.

“A aquisição de novas máquinas trouxe maior exigência no desempenho e poucas contrapartidas quanto

ao espaço onde se trabalha, revela Armando Barradas, associado da ADFA e orientador dos trabalhos da tipografia.

Entre máquinas e material já impresso, é difícil fazer circular uma cadeira de rodas, tendo em consideração que alguns dos 15 funcionários da tipografia são deficientes motores.

“Há mais de 20 anos que esperamos mudança para novas instalações”, lembra Armando Barradas. Matilde Carvalheira, funcionária

da tipografia há cerca de 14 anos, lamenta nunca ter visto reparações no local, ainda mais “com as diferenças de temperatura e com a água que, por vezes, cai das goteiras”.

Segundo Armando Barradas, “a evolução técnica não foi acompanhada por uma ampliação do espaço. No entanto, estamos confiantes na mudança ansiada para breve”.

Desde 1969 que a tipografia está em funcionamento, mas em 1974 este espaço passou a ser gerido pela ADFA.

Mário Mendes, trabalhador neste serviço há 17 anos, refere o volume de trabalho da tipografia de que é o responsável administrativo: “fazemos fotomontagem, impressão, dobragem e outros trabalhos”. Facturas, revistas, livros, cartazes, cartas ou folhetos, são alguns exemplos dos trabalhos feitos no local.

“Os trabalhos para a Associação e uma boa carteira de clientes são a garantia de bom funcionamento da Tipografia da ADFA e constituem também fonte de alguns rendimentos para a Associação”, refere Mário Mendes.

Os trabalhadores da Tipografia Escola “não se poupam as esforços,

dadas as condições e a exigência dos trabalhos”, afirma Mário Mendes.

“Procuramos sensibilizar as entidades oficiais para a mudança de que a tipografia necessita”, refere Catarino Salgado, da Direcção Nacional da ADFA.

Sobre a eventual mudança para as instalações da EPAM, perto da Sede da ADFA, o representante da DN lembra as diligências entretanto efectuadas junto do CRSS de Lisboa e Vale do Tejo, CML, EPUL, entre outros.

A mudança da tipografia “envolve um projecto de arquitectura que contempla instalações concebidas de raiz para esse fim”, salienta Catarino Salgado.

Foi referido ser também importante dar formação ao pessoal, para reestruturar o serviço. Para o representante da DN “tem que pensar-se a tipografia em termos de empresa”.

Em virtude de tantas movimentações e, ao fim de alguns anos de esforços, parece agora perfilar-se no horizonte a perspectiva de mudança em breve para instalações adequadas, de que daremos notícia proximamente. •

R.V.

Expo '98

# Melhores acessos levam deficientes à exposição

A EXPO'98 trouxe a Portugal toda uma série de questões sociais, cada vez mais presentes nas discussões públicas. O acesso dos deficientes aos espaços públicos e as barreiras arquitectónicas, bem como as campanhas de desminagem, são pontos da ordem do dia para quem visita o recinto da exposição.

O Pavilhão do Canadá, no recinto da Expo'98, é um exemplo do que se pode fazer para que todos consigam ter acesso ao conteúdo da exposição. Numa visita ao pavilhão, o ELO descobriu que o Canadá montou o trajecto pensando também nos deficientes visuais.

Para quem não vê, a “viagem” pelo pavilhão faz-se ouvindo uma descrição pormenorizada, em cassette, de todos os elementos que compõem a exposição do Canadá. Há versões em espanhol, inglês, francês e em português.

Normand Smith, relações públicas do Pavilhão do Canadá, referiu ter experimentado o processo de visita desenvolvido para pessoas que tenham problemas com a visão ou cegos. As rampas e a esteira rolante existentes no pavilhão permitem uma circulação livre e sem obstáculos, em velocidade constante, para que se possa observar as magníficas imagens do Canadá. As variadas paisagens, os animais marinhos, a natureza e os oceanos maravilham a visão e audição de quem percorre este espaço.

“Qualquer pessoa pode visitar, sem dificuldades, o Pavilhão do Cana-

dá. Preocupámo-nos muito com a preparação de acessos fáceis, que permitam a circulação livre de todos que queiram visitar o Pavilhão do Canadá”, salientou Normand Smith.

Os oceanos dominam todo o pavilhão, tanto no que respeita aos navios quebra-gelo, como no que se refere ao estudo das correntes marítimas, do gelo, da orientação dos cardumes, entre outros avanços tecnológicos. Está também patente um inovador sistema de comunicação entre mergulhadores que vem revolucionar as pesquisas subaquáticas.

O problema das minas é também focado no Pavilhão da Cruz Vermelha, onde pode assinar-se a Petição de Lisboa contra as minas anti-pessoais. O apoio expresso em texto às campanhas de desminagem em Angola e Moçambique, vai ser entregue, no final da exposição, em Setembro, ao secretário-geral das Nações Unidas.

Ainda dentro do recinto da Expo, na Torre Vasco da Gama, pode experimentar-se a sensação de passar por um campo minado. Um quadrado de terra com tabuletas de “campo minado”, uma vedação com cartazes alusivos ao tema e o ruído das explosões accionadas pelos pés incautos de quem se atreve a passar, emocionam e dão que pensar aos visitantes. Nota-se a hesitação de muitos, que apenas observam a simulação de um dos problemas mais graves da actualidade. •

R.V.



As campanhas de desminagem não foram esquecidas na Expo'98

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

**URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE**

Linda-a-Velha (01) 414 69 90      Lagos (082) 764189  
 Algés (01) 411 46 66      Castelo Branco (072) 321129  
 Pinhal Novo (01) 2381694      Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)

Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Francisco P. Conceição

Sócio nº 1667  
49 anos  
Faleceu no dia 17/05/98



Residia no concelho de Vila Nova de Gaia. Foi ferido nos olhos em Moçambique, em 1970 (91,5%).

Duarte Baptista Guedes

Sócio nº 8529  
48 anos  
Faleceu no dia 12/05/98



Residia no concelho de Vila Real. Deixa viúva, Maria do Céu Guedes e dois filhos. Pensionista por invalidez (10%).

Malan Sanhá

Sócio nº 11567  
55 anos  
Faleceu no dia 08/06/98



Residia no concelho da Amadora. Deixa oito filhos. Teve acidente na Guiné, com fractura do punho direito (67,5%).

Luís Teotónio S. Santos

Sócio nº 128  
49 anos  
Faleceu no dia 28/05/98



Residia no concelho da Ribeira Brava. Deixa viúva Maria Bebiana Rodrigues e três filhos. Teve acidente em Moçambique, ficando sem um membro inferior (65%).

Firmino R. Oliveira

Sócio nº 2456  
49 anos  
Faleceu no dia 17/04/98



Residia no concelho de Ovar. Deixa cinco filhos. Teve acidente em Moçambique, resultando paralisia do braço esquerdo (89,5%).

Angelo C. P. M. Cruz

Sócio nº 1050  
54 anos  
Faleceu no dia 30/04/98



Residia no concelho no Porto. Deixa viúva Maria Estela Cruz. Teve acidente na Guiné, resultando uma amputação do membro inferior direito e ferimentos vários.

Confronto na Guiné-Bissau

# ADFA solidária com associados

O conflito que decorre na Guiné tem levado muitos habitantes das zonas de combate a fugir para fora do país.

A ADFA já se informou quanto ao que há a fazer pelos cerca de 100 associados residentes em território guineense. Foi enviada uma lista ao Ministério da Defesa Nacional contendo os nomes dos associados em questão, da mesma forma que foi pedido apoio para as suas famílias.

"A ADFA tem que ajudar a reintegrar estes associados", referiu Manuel Lopes Dias, que estabeleceu, em nome da Associação, contactos com o Lar Militar da Cruz Vermelha, para dar abrigo ao associado da ADFA, Sambel Baldé.

A ADFA recebeu, no dia 20 de Julho, Sambel Baldé, cidadão português que vivia em Bissau quando deflagrou a guerra entre as forças governamentais e os revoltosos de Ansumane Mané.

Sambel Baldé, deficiente das Forças Armadas portuguesas, fugiu para Portugal deixando para trás uma guerra que já lhe tirou um filho e que deixou a sua mulher ferida num hospital na Guiné.

O associado da ADFA, com 100 por cento de incapacidade, em resultado de um acidente com uma granada na Guerra Colonial que lhe trouxe a

cegueira e a deformação de uma mão, viveu durante o último ano na Guiné, em Bissau, de onde fugiu para a fronteira com o Senegal, depois do ataque que marcou o início das hostilidades. O bombardeamento destruiu-lhe a casa e uma granada matou-lhe um filho com um ano e três meses de idade.

Sambel Baldé dirigiu-se à embaixada de Portugal em Dakar, Senegal, acompanhado por um irmão e pelo sobrinho. Só ele conseguiu transporte para Portugal e está "à espera que eles possam vir para cá, com a ajuda da ADFA".

Quando chegou a Portugal, entrou em contacto com a comunidade guineense em Lisboa e, de seguida, dirigiu-se à ADFA.

"Quando acabar a guerra prefiro ficar por cá", refere Sambel Baldé, afirmando ainda ter intenção de voltar a território guineense, "pelo menos nas férias, quando houver paz".

Sambel Baldé está desconsolado, sem esperança na paz, mostrando-se preocupado em trazer a família para Portugal. Aliás, teme que a guerra se prolongue tanto como a de Angola.

"A guerra ainda não acabou", afirma Lopes Dias, fazendo ainda alusão ao "primeiro caso de um associado português, oriundo da Guiné, que vem para



Sambel Baldé, quando se dirigiu à ADFA depois da fuga da Guiné

Portugal por causa da guerra, sem dinheiro e sem esperança". Segundo o representante da ADFA, "a Associação tem que estar disponível para agir face a estas situações. Devemos ter como exemplo a comunidade guineense, onde o espírito de entreatajuda se fez sentir à chegada deste associado".

A assinatura do acordo de cessar-fogo sob a égide da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a elaboração de um memorando de entendimento entre as partes envol-

vidas no conflito, a bordo da fragata "Corte Real", no dia 26 de Julho, vem contrariar a tendência para pensar numa guerra sem fim.

Mais de cinquenta dias separam o mais recente resultado da mediação portuguesa do início da revolta da Junta Militar.

À data do fecho da redacção, está prevista uma ronda de negociações para o dia 3 de Agosto, conforme estipulado no acordo assinado a 26 de Julho. •

Rafael Vicente

## Projecto de Lei

# "Stress de Guerra" na Assembleia da República

Foi entregue, no dia 15 de Julho, um Projecto de Lei sobre o apoio às vítimas de "Stress Pós-traumático de Guerra", na Mesa da Assembleia da República, pelo deputado social-democrata Carlos Encarnação, que visa possibilitar a qualificação de DFA para estes casos e a criação de uma Rede Nacional de Apoio médico, psicológico e social permanente.

No documento refere-se a acção da ADFA quanto à organização da primeira reunião científica sobre o "Stress de Guerra", sem contudo, na altura, alguma resposta organizada se ter instituído.

O número de portadores desta perturbação, em fase crónica, avançado no Projecto de Lei do PSD, oscila entre os 40 e os 50 mil indivíduos.

Este projecto colhe ideias da legislação norte-americana, publicada

depois do conflito do Vietname e tem em vista o reconhecimento de que o síndrome "pode provocar comportamentos agressivos, violência familiar e propensão para o suicídio".

O documento também refere não haver legislação específica, não fazendo a doença parte da Tabela Nacional de Incapacidades.

A inadaptação dos indivíduos à sociedade, as alterações súbitas de comportamento ou as dificuldades em manter uma profissão, são consequências deste síndrome, como aponta a proposta do PSD.

O projecto surge para dar resposta a este tipo de situações e evidencia a urgência da identificação dos casos existentes, propondo a avaliação da sua gravidade e preconizando um "apoio responsável por parte do estado".

As medidas em projecto implicam essencialmente acções sobre as "carências de nível assistencial e de apoio médico". É proposta a criação de uma Rede Nacional de Apoio, de acordo com o artigo 2º do projecto, cujo funcionamento no terreno se efectuará com recurso às organizações não governamentais e à intervenção do Estado. A ADFA e a Liga dos Antigos Combatentes são as instituições sugeridas no documento, para pôr em prática essa acção, através de acordos protocolares.

O Projecto de Lei alerta que Portugal, na sua posição de "marginalização e esquecimento" das vítimas do "Stress de Guerra", é o único País da NATO que ainda não publicou qualquer legislação que regule esta matéria, mesmo sendo do conhecimento público que a Organização Mundial de Saúde

reconhece o síndrome como doença específica.

No documento propõe-se uma alteração do artigo 1º do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, para que seja ampliada a definição de deficiente das Forças Armadas, considerando que, "na ausência de qualquer acidente", também será DFA o cidadão que, enquadrando-se na previsão do n.º 2 do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, "vem a sofrer uma diminuição permanente, causada por doença adquirida, consistindo em perturbação psicológica crónica resultante de "stress pós-traumático de guerra".

A ADFA já dispõe do texto da proposta e irá fazer a sua análise da mesma e eventuais sugestões. •

R. V.



Humberto Sertório, Presidente da Direcção Nacional, em entrevista ao ELO

# “A estrutura associativa e os associados devem manter-se unidos”

ELO - Os diplomas aprovados são o resultado de uma estratégia associativa. O CCADFA deu um grande contributo para que a legislação saísse, não é assim?

H.S. - O trabalho desenvolvido no CCADFA e o envolvimento de grande parte das delegações na movimentação efectuada foram determinantes para se conseguir chegar a este ponto. A comunicação social também ajudou a sensibilizar o Governo para a aprovação deste conjunto de diplomas, o mais importante desde o DL 43/76.

ELO - E o que respeita ao que está por aprovar?

H.S. - Do pacote legislativo entregue ao Governo em Janeiro de 1996, o que está por aprovar é a questão dos deficientes “sem nexos”, existindo já uma proposta do Governo no CCADFA e uma contra-proposta da ADFA, apresentada também nesse fórum. Também ficou por resolver a questão do Stress de Guerra. São as duas questões que fazem parte desse pacote, que ainda não está completo. Tanto uma questão como outra estão a ser neste momento negociadas com o Governo.

ELO - Em relação aos deficientes “sem nexos”, qual é a posição da ADFA?

H.S. - Até hoje, nenhum Governo quis abordar este problema. Sempre responderam “não há nexos, não há pensão”. Este Governo já aceitou dar resposta a esta questão, avançando com uma proposta. No entanto, essa proposta não é do inteiro agrado da Associação.

ELO - Considera que há vontade política para resolver este problema?

H.S. - Já foi dado um passo importante nesse sentido. Apesar de a proposta que o Governo está a apresentar não ser inteiramente do nosso agrado, já é positivo o modo como esta questão está a ser equacionada.

ELO - Já enviaram uma contra-proposta ao MDN?

H.S. - Sim, já enviámos.



ELO - E quanto a apoios à discussão no CCADFA? Sabemos que o Estado Maior do Exército (EME) está em consonância com a ADFA...

H.S. - O EME já manifestou o seu apoio, emitindo um parecer que vem ao encontro das pretensões da ADFA, em termos de melhorar alguns pontos da proposta apresentada pelo Governo no CCADFA. Este decreto-lei vem resolver o problema de dezenas de camaradas nossos, mas vem também solucionar a situação dos quatro homens que estão no anexo do Hospital Militar Principal. Um deles está no anexo há 27 anos. O Estado Maior do Exército está muito sensível à resolução desta situação. A proposta que a ADFA enviou, foi remetida para os três ramos das Forças Armadas que fazem parte do CCADFA. Já reunimos com os deficientes “sem nexos” que, ao fim de tantos anos, já não esperam por nada. A desilusão é total. São pessoas que tiveram acidentes durante o período de serviço militar e não estavam abrangidos pela Segurança Social ou qualquer tipo de seguro. Muitos deles consideram este diploma uma novidade bastante agradável.

ELO - Outro dos problemas que falta resolver é o do Stress de

Guerra. Que esforço tem feito a ADFA para abranger esta questão?

H.S. - A Associação tem trabalhado no âmbito do Conselho Consultivo, para estudar o modo como se poderá vir a desenvolver a legislação neste sentido. O PSD entregou-nos também um projecto de lei que vai apresentar à Assembleia da República, para o qual nos solicitou um parecer. O empenhamento da ADFA nesta matéria tem sido permanente, tal como aconteceu com a sua participação na 1ª Conferência Internacional sobre as Consequências Psicossociais da Guerra, na Croácia, em que estiveram também representantes do Exército e do MDN, além de outros especialistas portugueses.

ELO - Que medidas vai tomar a ADFA?

H.S. - O essencial, de momento, é o despiste da doença e o apoio às pessoas que sofrem com ela. A urgência deste problema é relativa ao tratamento destes sintomas, para evitar que situações de vítimas do Stress de Guerra se venham a agravar. Estamos a trabalhar com técnicos em Lisboa e no Porto, com equipas multidisciplinares que vão desenvolver um projecto para o acompanhamento e tratamento des-

Humberto Sertório faz um ponto de situação sobre a recente aprovação de parte das reivindicações legislativas da ADFA. Falta legislar sobre os deficientes “sem nexos” e sobre o Stress de Guerra. O presidente da DN refere ser a aprovação destes diplomas o pacote mais importante desde a publicação do DL n.º 43/76.

ta patologia, reiniciando-se assim as terapias de grupo em Outubro.

ELO - Mas a ADFA não está sozinha nesta luta, pois não?

H.S. - A ADFA só por si não tem condições suficientes e precisa do apoio e empenhamento do Governo. Devido à necessidade e à urgência deste problema, a Associação está a substituir-se ao Estado, no que respeita ao acompanhamento desta doença, sem deixar de exigir que este assumira as suas responsabilidades nesta matéria. O nosso objectivo é que este despiste seja feito em todas as nossas delegações que estejam preparadas para o efeito.

ELO - E quanto ao imposto auto-móvel?

H.S. - Fomos ouvidos pela Direcção Geral de Alfândegas onde apresentámos o nosso parecer sobre esta questão. No entanto, na autorização legislativa a conceder pela Assembleia da República ao Governo, para legislar sobre esta matéria, vêm referidas situações que a ADFA não pode aceitar, nomeadamente, o montante máximo do IA a isentar e a questão dos cegos com 100 por cento de incapacidade. Iremos de imediato contactar o Governo no sentido de

alterar estas situações de modo a que os deficientes militares não vejam reduzidas as suas condições actuais.

ELO - Sobre o decreto-lei n.º 134/97, qual é a posição da DN?

H.S. - A DN tomou uma posição quanto à inconstitucionalidade do decreto-lei logo após a sua saída. Temos vindo a levar esta questão ao CCADFA e apresentámos uma exposição ao MDN, no sentido de se rever a inconstitucionalidade deste decreto-lei. Esperamos também um parecer que foi solicitado a um constitucionalista, que reforçará as pretensões da ADFA.

ELO - Depois desta movimentação política que levou à aprovação dos diplomas, que balanço faz sobre a matéria?

H.S. - A estratégia que definimos foi, como verificámos, a mais correcta. A estratégia do “tudo ou nada”, normalmente dá “nada”, conforme pudemos ver nestes 20 anos. Entendemos fasear as reivindicações em função das necessidades mais prementes dos nossos associados. Apesar de ter sido uma vitória, ainda há uma série de situações por resolver. A estrutura associativa e os associados devem manter-se unidos, para conseguirmos fazer publicar a legislação base para os que ainda nada têm.

ELO - Considera que os mínimos foram atingidos?

H.S. - Os mínimos serão atingidos com a publicação do que falta ao pacote legislativo proposto pela ADFA. Uma vez solucionada esta questão, outro dos objectivos é a assistência à nossa terceira idade. Os hospitais militares estão a degradar-se e a qualidade da assistência é cada vez menor. Tem que ser a ADFA a pugnar pela melhoria destes serviços e pela procura de alternativas que possam trazer aos nossos camaradas um fim de vida com o mínimo de dignidade. •

Rafael Vicente

Decreto-lei n.º 134/97, de 31 de Maio

## ADFA solicita audiência ao Ministro da Defesa

No dia 9 de Julho foi enviada uma exposição ao Ministro da Defesa Nacional, relativa à aplicação do decreto-lei n.º 134/97, de 31 de Maio, mais conhecido por “decreto dos Capitães-Coronéis”, onde se solicita uma audiência para discutir esta questão.

No documento expõe-se que, uma vez analisados o conteúdo e efeitos do D.L. n.º 134/97, de 31 de

Maio, “não pode deixar de se concluir que tal diploma consubstancia uma flagrante inconstitucionalidade e uma clamorosa injustiça”. A interpretação e aplicação que as Forças Armadas e a Caixa Geral de Aposentações têm vindo a levar a efeito contribuíram para o envio deste documento ao Ministro da Defesa.

Na exposição faz-se ainda referência ao Acórdão n.º 563/96 do

Tribunal Constitucional, no qual se declara a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 7, alínea a), da Portaria n.º 162/76, de 24 de Março, considerando que esta viola o princípio constitucional da igualdade, sendo que as medidas subsequentes fazem com que não seja reconhecido aos deficientes das Forças Armadas na reforma extraordinária ou beneficiários de pensão

de invalidez o direito de opção pelo ingresso no serviço activo.

Outro ponto realçado no documento é a “discriminação” patente no D.L. n.º 134/97, de 31 de Maio, uma vez que estabelece que “a medida nele contida se destina aos militares dos quadros permanentes”.

Na exposição, é patente a indignação da própria Associação, referindo-se que “dificilmente se

compreende que se tenha pretendido sanar uma iniquidade com outra ainda mais clamorosa”.

A ADFA solicitou uma audiência com o Ministro da Defesa para, em conjunto, se analisar a situação e encontrar uma solução “que permita superar rapidamente a discriminação descrita”. •

R.V.

## Ir a banhos é mais fácil

A praia de Vila Nova de Milfontes já tem, desde Julho, uma passadeira montada para que os deficientes em cadeiras de rodas possam desfrutar do ambiente balnear.

Como já tinha acontecido no ano passado, o acesso de cadeiras de rodas ao areal é possível, mas com uma apresentação diferente. No ano de 1997, foram construídas duas passadeiras com 50 e 30 metros de comprimento. Este Verão os deficientes em cadeira de rodas contam com uma passadeira mais comprida, que permite chegar a cerca de 2 metros da praia-mar.

Graças a uma obra que custou cerca de 500 contos, ideia do associado Mário Inácio e aos contactos feitos com o director do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, será mais fácil aceder ao fresco da beira-mar.

A passadeira parte da estrada, ao nível do passeio, existindo dois locais próprios para fazer descer as cadeiras de rodas dos automóveis. Um desses pontos estratégicos para parar o carro e descer para a praia fica mesmo em frente da passadeira.

Vila Nova de Milfontes continua a ter ao dispor uma valência importante, no que toca aos acessos fáceis a uma praia que todos têm o direito de frequentar.



FOTO: FARINHO LOPES

## Saúde e desporto na ADFA

Estão abertas as inscrições para diversas modalidades desportivas que vão ser desenvolvidas na Sede Nacional, depois das férias de Verão.

A ADFA continua a dinamizar o desporto e o exercício físico entre os seus associados, familiares e trabalhadores, proporcionando actividades para melhorar a condição física, prevenir a doença, evitar o agravamento da deficiência e ainda criar um espaço de convívio entre as famílias.

Para garantir a prática desportiva na ADFA, estão ao dispor dos associados as seguintes modalidades: ginástica de manutenção, circuito de manutenção, natação, ténis de mesa, tiro com arco, tiro com arma de ar comprimido, orientação e caminhadas, ciclismo e cicloturismo, jogos de mesa (xadrez, damas, cartas), "snooker" e futebol de cinco.

Os interessados podem inscrever-se nas modalidades do seu interesse, no Departamento de Animação Cultural Desporto e Lazer e Associativismo, telefone 7570502.

## Exposição lembra jornada de luta

Com o intuito de comemorar o 23º aniversário da jornada de luta que decorreu de 20 de Setembro a 18 de Outubro de 1975, de que resultou a publicação do DL n.º 43/76, vai desenvolver-se, no dia 19 de Setembro próximo, na Sede Nacional da ADFA, um conjunto de iniciativas que incluem uma exposição fotográfica e documental, um colóquio e uma mostra de livros.

Quanto à Exposição fotográfica e documental intitulada "Luta do 20 de Setembro", a inauguração está prevista para o dia 19 de Setembro, Sábado, pelas 17h00, seguindo-se um colóquio sobre o mesmo tema. A finalizar as actividades deste dia realiza-se um jantar-convívio.

A exposição vai estar patente durante a semana de 19 a 26 de Setembro, mostrando a luta dos deficientes militares vista pelos órgãos de comunicação social. Vão recolher-se fotografias arquivo fotográfico da ADFA e comunicados que permitam relatar o mais fielmente possível todos os momentos desta jornada de luta.

No que respeita ao colóquio que terá lugar no mesmo dia, vão ser convidados escritores, jornalistas, historiadores e outras entidades que possam dar testemunho sobre os acontecimentos da altura.

A mostra e venda de livros, também inaugurada no dia 19 de Setembro, contará com todas as obras já escritas por associados, alargando-se também a outros autores que tenham escrito sobre a Guerra Colonial e sobre temas relacionados com a deficiência.

Durante a semana em que vai decorrer a exposição, em data a estabelecer, realiza-se o lançamento do livro "A Ira dos Usados", do associado Sá Flores.

## Festas de S. João no Lumiar

A ADFA participou nas festas de S. João, na Quinta das Conchas, no dia 27 de Junho, em colaboração com a Comissão de Festas da Junta de Freguesia do Lumiar.

A Associação fez-se representar no "stand" colocado no recinto, onde esteve patente uma exposição fotográfica. Também foram vendidos brindes e artigos de divulgação da ADFA.

Esta festa comemorou o padroeiro da Junta de Freguesia do Lumiar, S. João, e contou, pela manhã, com actividades desportivas e jogos tradicionais.

A tarde foi preenchida com um espectáculo que envolveu jardins de infância, colégios e colectividades, escolas e instituições de idosos. As marchas populares, o folclore e a música foram as atracções do dia que terminou com uma sardinhada, churrasco e baile.

Rafael Vicente

### VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES




**CONTACTE OS SERVIÇOS da ADFA Alberto Pinto Telf. (01) 757 04 22**

CONCESSIONÁRIO **FIAT**

**Trevauto**  
STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78  
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96  
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Cont. do: **TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galheno**



**OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)**

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTE COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHOS)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

**UM OLHAR PARA O FUTURO**

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa  
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37

# Entre connosco na Expo'98

Entre connosco na última  
Exposição Mundial do  
Século XX. Venha conhecer  
de perto o futuro.  
Adquira já os seus bilhetes  
aos balcões do BNU e da  
Caixa Geral de Depósitos.

*Adquira já os seus bilhetes nas nossas agências.*

**BNU**

Banco Nacional Ultramarino  
GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



Banco da  
LISBOA  
EXPO'98



**CAIXA GERAL  
DE DEPÓSITOS**

## SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

**CLÍNICA GERAL**  
médico: Dr. Fernando Brito,  
2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

**PSIQUIATRIA**  
médico: Dr. Monteiro Ferreira  
Início 3 Março - 2.ª - 9H30

**UROLOGIA**  
médico: Dr. Paulo Vale  
2ª feira - 18H00 (quinzenal)

**GASTROENTEROLOGIA**  
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos  
4.ª - 9H00 (quinzenal)

**FISIATRIA**  
médico: Dr. Barros Silva  
3ª feira - 14H00

**FISIOTERAPIA**  
técnico: Luís Sampaio  
Todos os dias das 9H00 às 14H00  
e das 14H30 às 15H30

**ANÁLISES CLÍNICAS**  
6ª feira - 9H00 às 10H00

**ACUPUNCTURA**  
especialista: cmtd Araújo de Brito  
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

**ESTOMATOLOGIA**  
Dr. José Eduardo Simões Antunes  
3ª e 5ª feira das 09H00 às 13H00  
Marcações: Elizabete Maria

**SERVIÇO PROTÉSICO**  
técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes  
4ª feira - 9H00

**PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA**  
Drª Teresa Infante  
Todos os dias  
Marcações: com a própria

## APOIO AOS SÓCIOS

**GABINETE JURÍDICO**  
Dr. António Carreiro  
3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00  
Marcações:  
Carla Fernandes

**SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL**  
Drª. Judite Cordeiro  
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00  
Marcações:  
Secretaria

**SECRETARIA/ATENDIMENTO**  
(Ver Horário e Telefones)

## HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00  
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00  
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,  
das 12h30 às 14h30  
Serviço de Bar Segunda a Sexta,  
das 9h00 às 19h00  
Sábado das 11h00 às 17h00

## TELEFONES

Solicita-se a todos os associados  
que façam as marcações das consultas, com  
antecedência, pelos telefones:  
**7570502 / 7570583**  
**7570422 / 7570645**  
**7570702 / 7570781**

## VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI			SEAT			LANCIA			RENAULT			OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Polo</b>			<b>Ibiza</b>			55 SX 5P	1.503.054.00	2.146.866.00	RXE 1.9 DTI	2.683.563.00	4.721.499.00	RXE 1.9 DTI	2.683.563.00	4.721.499.00
Net 1.0 3p	1.758.069.00	1.978.450.00	1.0 Entry 5p	1.382.051.00	1.880.000.00	TD 70 ELX 3p	1.507.309.00	3.053.151.00	RL 1.9 D (2 lugares)	2.072.914.00	2.766.498.00	Classic RN 1.4 5p	1.927.857.00	2.986.499.00
Fox 1.0 3p	1.527.173.00	2.049.793.00	1.0 Hello 5p (DA)	1.653.845.00	2.198.000.00	TD 70 ELX 5p	1.562.865.00	3.118.152.00	Classic RT 1.9 DTI	2.427.152.00	4.421.498.00	Classic RT 1.9 DTI	2.427.152.00	4.421.498.00
GL 1.0 3p	1.930.061.00	2.521.172.00	1.4 Entry 3p	1.363.372.00	2.295.000.00	VAN TD 60 S	1.559.423.00	2.117.486.00	Classic Scenic RN 1.4	2.338.113.00	3.466.498.00	Classic Scenic RN 1.4	2.338.113.00	3.466.498.00
Net 1.4 3p	1.866.045.00	2.883.127.00	1.4 Entry 5p	1.440.296.00	2.385.000.00	VAN TD 70 SX	1.721.816.00	2.307.486.00	Classic Scenic 1.9 DTI	2.628.007.00	4.656.498.00	Classic Scenic 1.9 DTI	2.628.007.00	4.656.498.00
Fox 1.7 SDI 3p	1.814.042.00	3.400.135.00	1.9 D Latino 3p	2.018.150.00	3.958.000.00	<b>Palio</b>			<b>Laguna</b>			RXE 1.9 DTI	2.931.426.00	5.010.000.00
Net 1.7 SDI 5p	2.106.120.00	3.741.866.00	1.9 GT TDI 5p	2.980.970.00	5.084.500.00	Weekend 1.2	1.884.383.00	2.693.203.00	RXE Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.085.272.00	5.190.000.00	RXE Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.085.272.00	5.190.000.00
3 Volumes 1.4	1.978.929.00	3.015.201.00	1.9 D Latino 5p	2.060.885.00	4.008.000.00	Weekend 70 TD	1.748.633.00	3.335.500.00	RXE Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.170.742.00	5.290.000.00	RXE Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.170.742.00	5.290.000.00
3 Volumes 1.9 SDI	2.215.323.00	3.869.634.00	1.9 TDI 110 cv 3p	2.938.235.00	5.034.500.00	<b>Bravo</b>			<b>Kangoo</b>			RN 1.2	1.762.065.00	2.493.000.00
Variant 1.4	1.827.117.00	2.837.581.00	<b>Arosa</b>			1.4 S	1.864.356.00	2.889.500.00	RN 1.9 D 55	1.735.968.00	3.638.000.00	FGTE RL 1.9 D 55	1.621.046.00	2.263.000.00
Variant 1.9 AC	2.407.121.00	4.094.037.00	1.0 S 3p	1.270.939.00	1.750.000.00	1.6 SX Caixa Aut.	2.421.192.00	3.915.006.00	FGTE RN 1.9 65	1.834.722.00	2.490.000.00			
<b>Golf A4</b>			1.4 Klima (AC) 3p	1.684.740.00	2.671.000.00	TD 100 GT	2.308.439.00	4.366.254.00						
Confort 1.4 3p	2.108.306.00	3.166.572.00	1.4 Klima (C. Aut.)	1.942.005.00	2.972.000.00	<b>Brava</b>								
Confort 1.4 5p	2.169.382.00	3.238.031.00	<b>Cordoba</b>			1.4 S	1.930.168.00	2.966.500.00						
Confort 1.4 3p JE	2.375.318.00	3.478.976.00	1.4 Silhouette	1.850.552.00	2.885.000.00	TD 100 S	2.202.433.00	4.242.227.00						
Confort 1.4 5p JE	2.461.755.00	3.580.108.00	1.4 GT (110 cv)	2.082.175.00	3.136.000.00	TD 100 ELX	2.416.131.00	4.492.253.00						
Highline 1.6 3p	2.946.656.00	4.510.814.00	1.9 D Latino	2.182.253.00	4.150.000.00	<b>Marea</b>								
Highline 1.9 TDI (110 cv) 3p	3.186.581.00	5.325.064.00	1.9 TDI (110 cv)	3.150.629.00	5.283.000.00	1.4 SX	2.215.467.00	3.300.300.00						
Highline 1.9 TDI (110 cv) 5p	3.273.018.00	5.426.196.00	1.4 Sporty Vario	1.606.962.00	2.580.000.00	1.6 ELX Caixa Aut.	2.692.730.00	4.232.705.00						
GTI 1.8 3p	3.907.424.00	5.964.607.00	1.9 TDI Vario	2.012.167.00	3.951.000.00	TD 100 ELX	2.605.020.00	4.713.254.00						
<b>Passat Dimension</b>			1.9 TDI Vario SXE	2.554.047.00	4.585.000.00	TD 100 HLX	2.901.630.00	5.105.794.00						
Confortline 1.6	3.270.460.00	4.889.665.00	<b>Toledo</b>			Weekend 1.4 SX	2.347.946.00	3.455.300.00						
Confortline 1.6 Aut.	3.564.374.00	5.235.544.00	1.6 GTS	2.866.342.00	4.416.847.00	Weekend TD 100 ELX	2.752.883.00	4.886.253.00						
Confortline 1.9 TDI	3.429.196.00	5.608.923.00	1.9 TDI GT	3.326.330.00	5.488.571.00	Weekend TD 100 HLX	2.987.926.00	5.161.254.00						
Confortline 1.9 TDI TOP	3.866.394.00	6.120.445.00	<b>Ibiza Comercial</b>											
Confortline 1.9 TDI Aut.	3.664.661.00	5.884.417.00	1.9 D Company	1.658.672.00	2.260.000.00									
Confortline 1.6 Variant	3.560.104.00	5.228.548.00	1.9 D Latino	1.891.151.00	2.532.000.00									
Confortline 1.9 TDI Variant	3.660.312.00	5.879.329.00	1.9 TDI Crono	2.315.082.00	3.028.000.00									
Confortline 1.9 TDI T. Varia.	4.097.512.00	6.390.853.00	1.9 TDI (110 cv)	2.580.894.00	3.339.000.00									
Confortline 1.9 TDI V. Aut.	3.895.779.00	6.154.825.00	<b>Inca</b>											
<b>Audi A3</b>			1.9 D Van	1.611.663.00	2.205.000.00									
Attraction 1.6	2.903.225.00	4.480.000.00	1.9 D Van (VED+FCC)	1.823.629.00	2.453.000.00									
Attraction EC 1.6	3.074.165.00	4.660.000.00	<b>Alhambra</b>											
Sport 1.9 TDI	3.789.090.00	6.030.000.00	1.9 TDI (110 cv)	4.341.578.00	5.399.000.00									
Sport 1.9 TDI EC	3.960.030.00	6.230.000.00	1.9 TDI TA (110 cv)	4.966.364.00	6.130.000.00									
<b>Audi A4</b>														
Attraction 1.9 TDI 90 cv	3.938.663.00	6.205.000.00												
Attraction 1.9 TDI EC	4.220.714.00	6.535.000.00												
Attraction 1.9 TDI 110 cv	4.331.825.00	6.865.000.00												
Attraction EC 1.9 110 cv	4.619.876.00	6.995.000.00												
Avant RDI 1.9 90 cv	4.169.432.00	6.475.000.00												
Avant TDI 1.9 110 cv	4.562.594.00	6.935.000.00												
<b>Audi A6</b>														
TDI 1.9 110 cv	5.688.236.00	8.135.000.00												

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 pelos telefones 7570502, 7570422, 7570583 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01), e pelo 0931 26 61

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## Casas do Povo

Decreto-Lei 171/98, de 25 de Junho

Equipara às Instituições Particulares de Solidariedade Social as casas do povo que prossigam os objectivos previstos no respectivo Estatuto, aplicando-se-lhes o mesmo para efeitos de direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais.

## Segurança Social

Portaria 365/98, de 26 de Junho

Aprova os novos modelos para inscrição na Segurança Social das entidades empregadoras dos trabalhadores por conta de outrem, dos trabalhadores independentes e trabalhadores estrangeiros.

Estes modelos entram em vigor em 1 de Julho de 1998, sem prejuízo dos anteriores que podem ser utilizados até 31 de Dezembro de 1998, data a partir da qual devem ser retirados de circulação.

## Referendo

### União Europeia

Resolução da Assembleia da República 36-A/98, de 30 de Junho

Pergunta da proposta de realização de referendo sobre a participação de Portugal na Construção da União Europeia: «Concorda com a continuação da participação de Portugal na construção da União Europeia no quadro do Tratado de Amsterdão?»

## Referendo

### Regionalização

Resolução da Assembleia da República 36-B/98, de 30 de Junho

Perguntas da proposta de realização de referendo sobre a instituição em concreto das regiões administrativas: «Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas? Concorda com a

instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?»

## Rádio-Amador

Portaria 394/98, de 11 de Julho

«1º. É concedida aos amadores de radiocomunicações diminuídos físicos, mediante a apresentação de certificado de invalidez ou de incapacidade permanente, ou de cópia autenticada, emitido por organismo competente, uma redução de 70% do valor da taxa de utilização de estação amador.

2º. Para efeitos da aplicação da redução referida no número anterior, considera-se diminuído físico todo o indivíduo que padeça de uma incapacidade de carácter permanente de grau igual ou superior a 60%, calculada nos termos do Decreto-Lei nº 314/93, de 30 de Setembro.»

## Observatório dos Deficientes

Lei 30/98, de 13 de Julho

«Artigo 1 - Criação  
É criado o Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência.

Artigo 2º - Objectivos e funções  
O Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência tem os seguintes objectivos:

- Definir indicadores específicos de efectivação da integração das pessoas portadoras de deficiência;
- Proceder ao tratamento de dados enviados pelos serviços da Administração Pública;
- Elaborar e publicar informações, estudos e relatórios;
- Colaborar com as entidades públicas e privadas competentes na promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência;

e) Formular propostas, a apresentar ao Governo, de promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência, designadamente com vista à alteração e adaptação dos postos de trabalho e de formação profissional adequada às especificidades daquelas pessoas;

f) Apresentar anualmente, até 31

de Dezembro, um relatório sobre a situação nacional relativa à integração das pessoas portadoras de deficiência.

Artigo 3º - Composição

O Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência é constituído pelas seguintes entidades:

- Um representante do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- Um representante da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE);
- Um representante do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Um representante do Instituto Nacional de Estatística;
- Quatro representantes das associações de pessoas portadoras de deficiência;

g) Um representante do Alto-Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade de da Família;

h) Dois representantes de cada uma das confederações sindicais (CGTP e UGT);

i) Um representante de cada uma das confederações patronais;

j) Três personalidades de reconhecido mérito eleitas pelos restantes membros.»

O Observatório será instalado três meses após a entrada em vigor da próxima Lei do Orçamento de Estado.

## Emprego

### Domiciliário

Lei 31/98, de 13 de Julho

«Artigo 1º - O presente diploma estabelece o regime de incentivos ao emprego domiciliário de trabalhadores portadores de deficiência.

Artigo 2º - 1 - Para efeitos do disposto no artigo 1º, os encargos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), correspondentes à contratação de trabalhadores portadores de deficiência admitidos por contrato sem termo, são levados a custo em valor correspondente a 200%.

2 - A majoração referida no número anterior será de 150% no caso de estabelecimento de contratos de trabalho a termo ou de prestação de serviços com pessoas portadoras de deficiência.

Artigo 3º - Consideram-se trabalhadores portadores de deficiência para efeitos do presente diploma, os que possuam capacidade de trabalho inferior a 80% da capacidade normal exigida a um trabalhador não portador de deficiência nas mesmas funções profissionais.»

Esta lei precisa de regulamentação, que o Governo deverá efectuar em 90 dias, entrando em vigor juntamente com a Lei do próximo Orçamento do Estado.

## Guiné-Bissau

Resolução do Conselho de Ministros 94/98, de 14 de Julho

«1 - Conceder protecção temporária, por um período inicial de um ano, aos cidadãos nacionais da Guiné-Bissau, provenientes directamente do seu país de origem, cuja integridade física esteja ou tenha estado directamente ameaçada, sem que seja possível qualquer outra forma de protecção na sua região de origem e não possam ali voltar, em consequência do conflito armado e de violações dos direitos humanos.

2 - Podem igualmente beneficiar de protecção temporária os cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades que comprovem ser cônjuges, ascendentes ou descendentes em linha recta, ou parentes colaterais até ao 2º grau, de cidadãos de nacionalidade guineense que se encontrem nas circunstâncias previstas no número anterior.»

## Condução

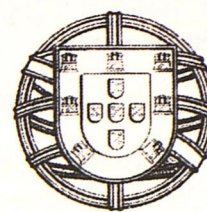
Decreto-Lei 209/98, de 15 de Julho

Aprova o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir.

Este diploma disciplina os requisitos da aptidão física, mental e psicológica dos condutores, as formas da sua avaliação, a estrutura dos exames de condução e os modos de emissão e revalidação das cartas e licenças de condução.

Helena Afonso

## Diploma do Mês



## PRISIONEIRO DE GUERRA

Lei 34/98, de 18 de Julho

«Artigo 1º - Apoio aos ex-prisioneiros de guerra

1 - Aos cidadãos portugueses feitos prisioneiros ou capturados em combate no decurso da guerra nas ex-colónias pode ser concedida, a título de reparação e de reconhecimento público, uma pensão pecuniária mensal e é concedido um regime especial de contagem do tempo passado em cativeiro, nos termos da presente lei.

2 - Podem ser beneficiários da pensão os cidadãos referidos no número anterior e, em caso de falecimento, os beneficiários referidos no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei 404/82, de 24 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, desde que haja uma situação de carência económica que o justifique.

Artigo 2º - Atribuição da pensão

A atribuição da pensão aplica-se as regras do Decreto-Lei nº 404/82, de 24 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, com as necessárias adaptações.

Artigo 3º - Aditamento ao Decreto-Lei nº 404/82, de 24 de Setembro

Ao artigo 3º, nº 1, do Decreto-Lei nº 404/82, de 24 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 136/92, de 16 de Julho, é aditada a alínea c), com a seguinte redacção:

«c) A situação de cidadão português feito prisioneiro ou capturado em combate no decurso da guerra nas ex-colónias.»

Artigo 4º - Contagem do tempo de cativeiro

1 - O tempo passado em cativeiro por cidadão português feito prisioneiro ou capturado em combate, no decurso da guerra nas ex-colónias, é contado, para efeitos de cálculo das respectivas pensões de reserva, aposentação ou reforma, com o acréscimo de 100% e com dispensa de pagamento das correspondentes quotas legais, salvo o disposto no nº 3.

2 - O tempo passado em cativeiro referido no número anterior acresce, para efeitos de aposentação ou reforma, ao tempo de exercício de quaisquer funções públicas ou privadas e é levado em linha de conta para actualização das pensões que eventualmente tenham sido atribuídas, entretanto, àqueles ex-prisioneiros de guerra ou a quem seja considerado beneficiário da pensão nos termos do nº 2 do artigo 1º da presente lei.

3 - O disposto nos números anteriores não é aplicável sempre que o cidadão português feito prisioneiro ou capturado em combate no decurso da guerra das ex-colónias tenha ou possa ter acesso a benefícios idênticos previstos em legislação específica.

Artigo 5º - Regulamentação  
O Governo regulamentará as condições de atribuição da pensão criada pela presente lei no prazo de 90 dias a partir da sua entrada em vigor.

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

**Persistência e união**

A vitória da persistência e da união, deu os seus frutos.

Quero aqui deixar o meu voto de gratidão, aos elementos da Direcção Nacional, dos elementos da Direcção da Delegação do porto, e todos aqueles que de uma forma ou de outra prestaram o seu contributo, para que todas as formas de resolução dos problemas fossem encetadas.

Mas o meu maior agradecimento vai para todos aqueles, que no dia do nosso 24º aniversário estiveram presentes na Vila da Feira, dizerem, estamos vivos e que poderiam contar com eles, um agradecimento às viúvas que deram a sua cara, a denunciarem as injustiças, a solidão a miséria em que se encontravam.

Amigos temos que continuar, a dar o nosso voto de confiança, aqueles que com persistência, trabalho, e muitas horas do seu descanso deram, para que algo fosse conseguido.

Mas ao dar-mos o nosso voto de confiança, não podemos passar a responsabilidade só para eles, temos que estar atentos, participativos, criativos, para que eles sintam, que a sua promessa para a resolução dos problemas encontrou ECO, na família da ADFA.

*Júlio Dinis*

**Iguais perante a Lei**

Nos dias 15 e 16 de Julho, ouvi no Telejornal das 20h00 na RTP 1, o Sr. Ministro José Sócrates, informar a Nação sobre as dívidas ao

Estado, o seguinte: todos os cidadãos são iguais perante a Lei, cabendo ao governo fazê-la cumprir.

É verdade V. Ex.a conhece o art.º 13º da C.R.P. Pena é que sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional o desconheça e não venha à RTP 1, esclarecer a Nação da vergonha que se passa com os DFA ex-combatentes de Angola, Guiné e Moçambique, que já há vinte e quatro anos pedem justiça.

A C.R.P., uma das mais avançadas da Europa, diz no seu art.º 13º n.º 1 e 2 que todos os cidadãos são iguais perante a Lei e não podem ser marginalizados, prejudicados ou beneficiados etc., etc.. Será que é só no papel?

Vejam, dos ex-combatentes de 1961 a 1975 em Angola, Guiné e Moçambique, só no ramo Armada, existem mais de três centenas, de feridos com um grau de deficiência superior a 30% e quantos foram recentemente promovidos?

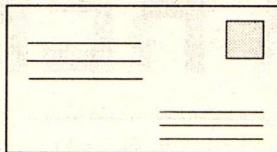
Se bem me lembro, dois Oficiais, quatro Sargentos e trinta e seis praças. E os outros?

Sendo Portugal um País livre e democrático, sendo o Estado Português uma pessoa de bem, cumpridor dos Direitos Internacionais, criticando os países que não cumprem os direitos humanos, um País exemplar na Comunidade Europeia, esqueça, e o Governo não faça cumprir os Direitos consignados na C.R.P. aos ex-combatentes de Angola, Guiné e Moçambique.

*Manuel Augusto Robles*

**Carta do Mês**

**Aquisição de Automóvel Utilitário**



O D.L. 43/76, de 20 de Janeiro, no seu Art.º 15º, concede a isenção total de taxa e emolumentos, na aquisição de automóvel utilitário e assim se manteve até à publicação do D.L. 103A/90 e D.L. 259/93. Ambos vieram limitar a cilindrada mas, o que se verificou foi a perda, o retirar de direitos adquiridos pelos Deficientes das Forças Armadas (DFA).

Chama-se a atenção da ADFA: o Estado português considera justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobrevivendo ao cumprimento do dever militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo, e estabelece que as disposições sobre a reabilitação e assistência devidas aos DFA passem a conter a reflexão da consideração que os valores morais e patrióticos por eles representados, devem merecer por parte da Nação.

A integração social e as suas fases precedentes, constituem um caminho obrigatório, um dever nacional, a materialização da obrigação da prestação, por parte da Nação da assistência económica e social, garantindo a sobrevivência digna, porque estão em jogo valores morais estabelecidos, na sequência do reconhecimento e reparação

àqueles que no cumprimento do dever militar se diminuíram, com consequências graves, permanentes, na sua capacidade geral de ganho, causando problemas familiares e sociais.

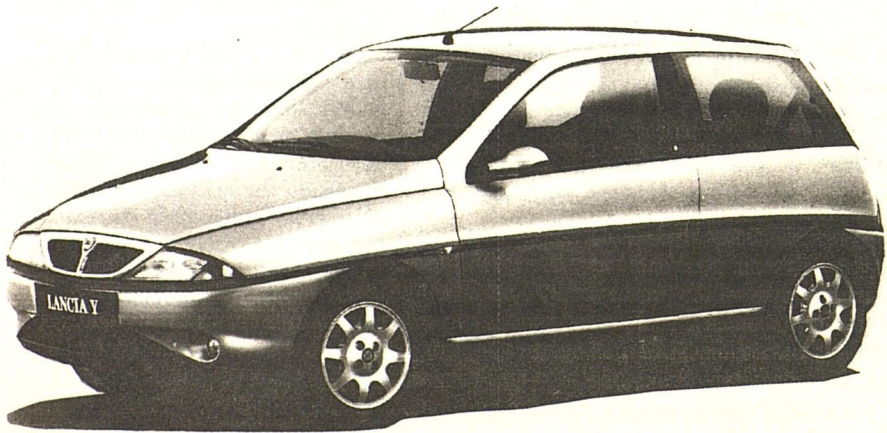
Que fique bem claro, o Estado reconhece, o Estado dá, ao Estado compete olhar pelos cidadãos que se deficientaram no cumprimento do serviço militar, criando as leis necessárias, condizentes com a sua reabilitação e integração na sociedade.

Ao Estado, ao governo compete olhar para o que diz o D.L. 43/76, de 20 de Janeiro, porque para os DFA, só há uma Lei a fazer cumprir com a obrigatoriedade da Nação.

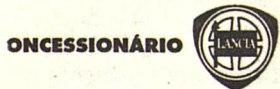
Na aquisição de automóvel utilitário, é vital fazer cumprir o Art.º 15 do D.L. 43/76, de 20 de Janeiro, e para garantir este direito, este dever da Nação para com os seus deficientes de guerra, deve, o D.L. 43/76 de 20 de Janeiro, ser regulamentado pela Assembleia da República. À Direcção Nacional se dá todo o apoio e colaboração para, no Conselho Consultivo, apresentar uma proposta para fazer valer este direito dos militares, Deficientes das Forças Armadas.

*João Gonçalves*

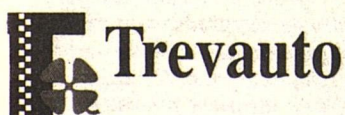
**VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES**



**Contacte os serviços da ADFA**



**Alberto Pinto**  
Telf. (01) 757 04 22



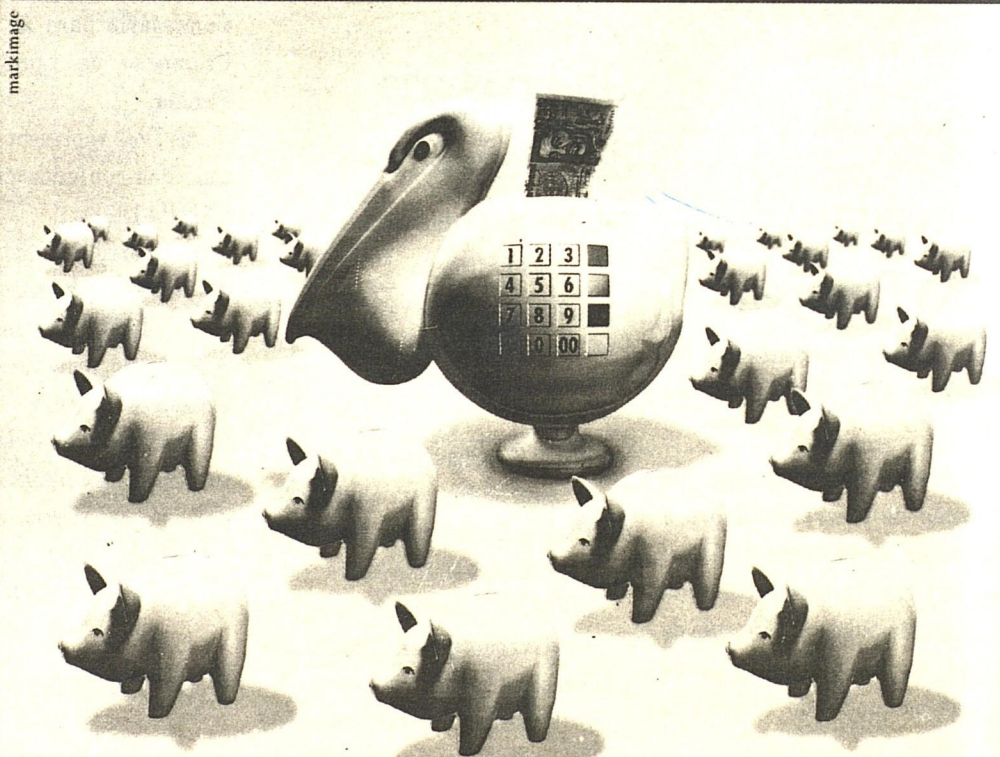
STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78  
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96  
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiroga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

**contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano**

**DESCONTOS:**

ÇAS: . . . . . 25% (MANUEL CORREIA) . . . . . TELF. 316 72 00  
ICINA: . . . . . 15% (HUMBERTO LOURENÇO) . . . . . 312 32 75

**MG AFORRO 2001**



**A poupança vista de uma forma nova**

Há uma maneira de constituir uma poupança à sua medida. O MG Aforro 2001 é um plano de poupança a 3 anos, sob a forma de um depósito trimestral renovável, com uma alta taxa de juro à qual acresce um prémio de permanência semestral de 0,2% que acumula até 1%.

E para que não tenha de partir o "mealheiro" sempre que quiser mexer nas suas poupanças, o MG Aforro 2001 permite total flexibilidade na programação da poupança, no recebimento dos juros e na movimentação do seu aforro.

Ao abrir ou reforçar o seu MG Aforro 2001 até 31 de Outubro de 1998, habilita-se ainda a um sorteio que irá duplicar o montante depositado, no máximo de 1 000 contos.

Chegou a altura de dar descanso ao seu porquinho. Informe-se aos Balcões do Montepio Geral.



<http://www.crpgaia.pt/software>

## Acesso ao computador (I)

Como foi já noticiado no número anterior do ELO, o Centro de Informação e Aconselhamento de Ajudas Técnicas (CEDIATE), disponibiliza na Internet um catálogo de "software" útil para pessoas com deficiência.

No endereço <http://www.crpgaia.pt/software>, está ao dispôr dos programas existentes no CRPG nas áreas de Acesso ao Computador, Comunicação e Controlo Ambiental.

Os ampliadores de ecrã permitem que toda a área do ecrã possa ser utilizada para ampliar uma determinada zona. As versões mais simples são lupas que projectam, numa parte do ecrã, a imagem ampliada do espaço que circunda o ponteiro do rato. Existem também utilitários para ampliar o ponteiro do rato.

Os leitores de ecrã são programas utilizados pelos cegos, que permitem uma comunicação contínua da actividade do computador e do utilizador. Estes programas são utilizados como interface entre o computador e os equipamentos alternativos para saída da informação mais utilizados por esta população: Sintetizadores de Fala e Terminais Braille.

Os sintetizadores de fala são conversores de texto para voz. São utilizados em diversos contextos tais como: o acesso à informação do ecrã e leitura de documentos para utilizadores cegos, a comunicação alternativa/aumentativa para pessoas que perderam a capacidade ou que têm dificuldades em falar, treino e terapia da língua (ex. pessoas com dislexia).

Este "software" é normalmente um complemento de outra aplicação tal como um programa de leitura de ecrã, Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), um programa para utilização da Internet ou um programa de comunicação alternativa/aumentativa.

O OCR é utilizado para reconhecimento de texto contido em imagens. Normalmente, é utilizado após a digitalização de documentos efectuada por um "scanner".

Os conversores de Braille destinam-se a formatar texto de forma a que possa ser impresso numa Impressora Braille.

Os programas de reconhecimento de fala permitem que o utilizador possa comandar o computador através de comandos de voz. Alguns produtos permitem ainda escrita. O "software" de reconhecimento da fala pode necessitar de pausas entre palavras ou permitir fala contínua.

Esperando ter aguçado a curiosidade, continuaremos na próxima edição a descrever outro tipo de utilitários que tornam o computador um equipamento acessível a todos.

## "Newsgroups" - Troca de conhecimentos

Existem, na Internet, locais nos quais as pessoas levantam questões, fazem comentários, solicitam opiniões, enfim, comunicam e trocam conhecimentos. A estes grupos de discussão convencionou-se chamar "newsgroups". Eis algumas sugestões de "newsgroups" na Internet, na área da deficiência, que poderão ser consultados: alt.education.disabled; alt.support.disabled.artists; alt.support.disabled.caregivers; alt.support.disabled.sexuality; alt.support.learning-disab; clari.news.disabilities; de.soc.handicap; fj.misc.handicap; fr.misc.handicap; it.sociale.handicap; maus.soc.handicap.talk; mis.handicap; su.org.disabled; ucb.students.disabled; uk.people.disability; zer.t-netz.handicap.allgemein; zer.t-netz.handicap.blind

Quanto à realidade portuguesa, o único sitio que temos conhecimento para trocar informação é o Forum de discussão "Deficientes", no Terravista. Neste caso não é um "newsgroup", nem uma "mailing lis". (base de dados de pessoas para quem se envia correio), mas sim um painel onde se colocam questões, informações e respostas públicas. O seu acesso pode ser feito através do endereço <http://www.terravista.pt>.

## I Congresso Nacional de Terapias no Ensino Especial CRPG convidado para congresso

O CRPG foi convidado a participar no I Congresso Nacional de Terapias no Ensino Especial, que decorreu entre os dias 18 e 21 de Junho, no auditório da Biblioteca Municipal de Tomar.

A organização do congresso esteve a cargo do Centro Infantil de Recuperação de Tomar (CIRE). No congresso foram abordados temas sobre o papel dos terapeutas e as técnicas terapêuticas (snoozelen, hidroterapia, hipoterapia, musicoterapia, utilização de sistemas alternativos e/ou aumentativos de comunicação, etc.) na reabilitação e ensino especial de pessoas com deficiência.

Na comunicação do CRPG, foram apresentados os principais problemas e necessidades dos clientes, as componentes e metodologia de intervenção do Centro de Informação e Aconselhamento de Ajudas Técnicas (CEDIATE), a equipa multidisciplinar e formação base dos seus elementos, assim como as suas competências específicas e gerais, os sistemas de informação e o centro de demonstração de ajudas técnicas. •

## Espaço Aberto

Férias 98

### Proteja-se no Verão

No Verão, com o desejo de bronzear, há que ter cuidado para não estragar as suas férias. A maior parte das sardas e sinais não tem qualquer importância. Os que deve examinar, regularmente, são aqueles que podem estar sujeitos a fricção regular.

De duas em duas semanas deve observar se algo do seguinte sucedeu: se o sinal mudou de forma, tamanho, espessura ou de cor, se há vermelhidão ou inflamação à sua volta. No caso de detectar alguma destas alterações, vá falar com o seu médico o mais depressa possível. A exposição aos raios ultravioletas (UV) em abundância, pode provocar alergias, dermatites, tumores benignos ou malignos.

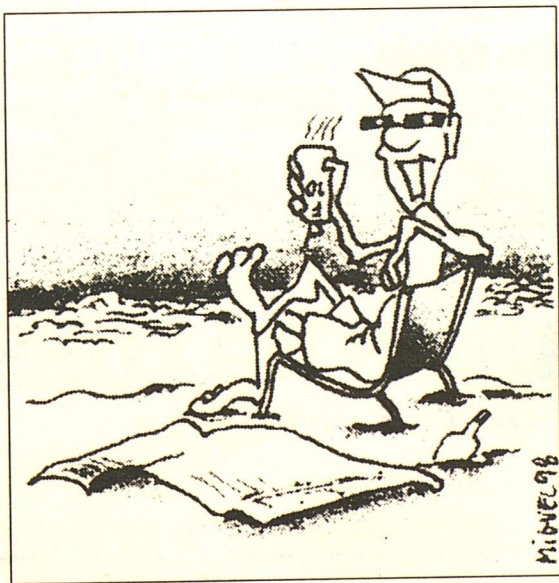
O primeiro dano que o sol causa na pele é o envelhecimento. A maior parte dos protectores solares é eficaz na prevenção das queimaduras solares, mas não no envelhecimento da pele.

Convém ter em atenção, que podemos sofrer uma queimadura mesmo sem estar exposto directamente ao sol, porque os raios ultravioletas atravessam as nuvens e são reflectidos pela água e pela areia.

Alguns conselhos: se tem pele muito clara use um protector solar factor 15 e 20; se a sua pele é apenas clara use um de factor 10 e 16; se a sua tez é morena fique-se por um de factor 4 e 10.

Não se esqueça de levar, sempre, o seu chapéu-de-sol!

Boas férias!



M.J.C.

Curiosidades

### Você sabia que...

... segundo se apurou, através do melhor meio de informação da A.D.F.A., o Jornal Elo, o primeiro convívio associativo efectuado na mata de S. Paulo, organizado pela nossa Delegação de Setúbal e em que se incorporaram associados da área de Lisboa, ocorreu a 23 de Julho de 1983? E que tal confraternização, baptizada por "sardinhada", acabou por se cimentar no calendário das realizações da A.D.F.A. e que, se este ano contou, para além da costumada participação dos sócios de Lisboa, com a de responsáveis associativos da Delegação de Famalicão, já vira, nos anos de 1992 e 1994, respectivamente, agregarem-se ao amistos encontro excursões, providas de Coimbra e Viseu e integradas por sócios e dirigentes daquelas delegações?

... a primeira invasão de Portugal, pelas forças de Napoleão, foi comandada pelo general Junot, o qual, encontrando um exército desorganizado e a família real portuguesa em fuga para o Brasil, rapidamente chegou a Lisboa, tendo-se instalado em Sintra como se de um monarca se tratasse? E que o primeiro revés militar francês lhe é inculido a 17 de Agosto de 1808, na batalha da Roliça, pelas forças integradas luso-britânicas comandadas pelo general Arthur Welsley, as quais voltariam a derrotar o exército gaulês, a 21 daquele mês, na batalha do Vimeiro?

... o "Aqueduto das águas Livres", monumento ímpar na Europa e um dos mais imponentes da arquitectura hidráulica de todo o mundo, foi idealizado a partir de 1571, mas só, em 1731, D. João V autorizou a sua construção? E que, concluído em 1748 foi, até 1967, a principal via de abastecimento de água a Lisboa, transportando-a da Fonte Santa das Águas Livres, em Caneças, através dos 58 quilómetros das suas galerias, suportadas, quando necessário, por 127 esbeltos arcos, dos quais 14 góticos, como os que, de rara beleza e grandiosidade, se podem ver na zona de Campolide?

... Filipe II de Espanha, casado em primeiras núpcias com a infanta Isabel de Portugal, filha de D. Manuel I, foi um soberano formalista e insaciavelmente ambicioso, possuído pela ideia fixa de defensor maior da unidade católica, contra a cisão protestante? E que, pelas cortes de Tomar de 1581, se fez consagrar rei de Portugal, com o título de Filipe I, tendo arrastado, em 1588, os melhores navios da marinha lusa para a desventura da Armada Invencível, e vindo a falecer em 1598, pelo que a Espanha está a comemorar o IV centenário da sua morte? •

Patuleia Mendes



## Militares em Família

Hugo Guerra

— Volta e meia a “Família Militar” lembra-se dos seus filhos e enteados e dá-lhes cada alegria que é de ficar assarapantado.

Até me pareceu um sonho de fadas.

Imaginem que o IASFA - Instituto de Apoio Social das Forças Armadas (mais conhecido entre nós por Serviços Sociais das Forças Armadas), pelo Despacho n.º 9798/98 do Ministério da Defesa Nacional, inserto no Diário da República do passado dia 9 de Junho, viu fixado oficialmente o dia 18 de Junho como sendo o consagrado ao mesmo Instituto para que em todos os locais onde se desenvolvem as suas actividades o mesmo seja celebrado.

E porquê? Porque se reconhece ser essa a data, reportada a 1792, na qual a Princesa Maria Francisca Benedita, do nosso conturbado Reino de Portugal resolveu olhar para os estropiados das guerras, mutilados, inválidos e outros quejandos e mandou construir o “Hospital Real de Inválidos Militares”, rodeado de magníficas zonas verdes e jardins, no qual os ditos cujos pudessem ser recolhidos e acarinhados como, em seu Real entender, mereciam.

Perguntarão os actuais leitores o que é que temos com isso?!

Tentarei aguçar o vossa curiosidade com algumas dicas:

1º - Somos filhos e enteados da Família Militar.

2º - E só somos enteados porque ficamos estropiados ao serviço da Pátria e, mercê do D.L. 43/76, conseguimos passar a ser sócios de pleno direito do IASFA.

3º - Ficamos todos a saber que temos em Runa (Torres Vedras) umas belíssimas instalações, onde, serenamente, poderemos acabar os nossos dias, sem o preconceito que ainda nos move em relação às palavras “asilos” ou “lar”, sejam eles civis ou militares.

4º Ficamos a saber que, finalmente, o Ministro da Defesa reconhece, pública e formalmente, a existência do Lar de Veteranos Militares de Runa como embrião da sua própria função, e génese das actividades de cariz social que vêm sendo desenvolvidos junto da “Família Militar Portuguesa”.

Assim sendo, bem hajam os mentores e subscritores do despacho. Como se diz em boa terminologia militar - Cumpra-se.

Mas... Há sempre um mas.

Será que os militares “inválidos” das guerras coloniais e outras mais recentes, agora denominados Deficientes das Forças Armadas, têm mesmo acesso preferencial no Lar de Veteranos em Runa?

Será que poderemos conviver em paz com os demais utilizadores do referido espaço sem que fiquem chocados com as mazelas dos guerreiros do Império?

Será que (não) irão aparecer despachos governamentais a subverter as dignas intenções da nossa Princesa Maria Francisca Benedita que se lembrou dos mutilados das guerras e não iremos assistir à ocupação permanente dos alojamentos pelos restantes elementos da família militar que dali justamente fazem um belíssimo “tour” de férias durante todo o ano?

A angústia de quem já ultrapassou o meio século de vida e que escreve esta crónica irá ser objecto de ponderação a nível superior da nossa Associação. Tentaremos não permitir passivamente que aconteça com Runa o que aconteceu com o Lar Militar da Cruz Vermelha, ou seja, que as intenções dos fundadores sejam defraudadas por quem detém o poder político. •



DIRECTOR: António Carreiro  
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600 - Lisboa  
 Telefone: 01-7570502 Fax: 01-7571319  
 Email: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



### Pensão e tempo de serviço

## Nova lei apoia ex-prisioneiros de guerra

No dia 18 de Julho foi publicada, em Diário da República, a Lei n.º 34/98, que estabelece um regime de apoio aos ex-prisioneiros portugueses da guerra de África.

O diploma garante o apoio aos portugueses feitos prisioneiros ou capturados em combate durante a Guerra Colonial, como reparação e reconhecimento público, atribuindo uma pensão, tendo em consideração o tempo passado em cativeiro.

Em aditamento ao D.L. n.º 404/82, de 24 de Setembro, surge uma alínea que contempla “a situação de cidadão português feito prisioneiro ou capturado em combate no decurso da guerra nas ex-colónias”.

A contagem do tempo em cativeiro acresce em 100 por cento ao tempo de exercício de funções públicas ou privadas, no que diz respeito a reformas e aposentação.

As condições que esta nova lei trouxe, no

caso da contagem de tempo, ficam sem efeito no caso em que os ex-prisioneiros de guerra tenham acesso a outros benefícios idênticos publicados em legislação específica.

Conforme já foi noticiado no ELO, em relação ao projecto de lei do PSD, é duvidoso que o diploma em causa considere as situações de Goa, Damão, Diu e Timor.

No entanto, a publicação deste diploma sobre os ex-prisioneiros portugueses da guerra nas ex-colónias regista um avanço, pois nunca tinha surgido qualquer lei que contemplasse esta questão.

Já em Março deste ano, António Marques Júnior, deputado socialista, considerou que a aprovação de uma lei deste tipo não invalida a possibilidade de outras iniciativas (veja o teor do diploma na página 13 deste número). •

R.V.

### Assembleia da República

## Observatório para Integração de Deficientes

A Assembleia da República fez publicar a Lei n.º 30/98, de 13 de Julho, que cria o Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de deficiência.

Os objectivos deste Observatório prendem-se com a definição de indicadores de efectivação da integração das pessoas portadoras de deficiência, com o tratamento de dados enviados pelos serviços da Administração Pública, com a elaboração e publicação de informações, estudos e relatórios. A colaboração com as “entidades públicas e privadas competentes na

promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência”, é também aí consagrada, bem como a capacidade para formular propostas ao Governo, sobre a promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência, com vista a adaptar os postos de trabalho e proporcionar formação profissional adequada às especificidades daquelas pessoas. E também prevista a apresentação anual de um relatório sobre a situação nacional da integração das pessoas portadoras de deficiência (veja o teor do diploma na página 13 deste número). •

### Cartões GALP

No acordo celebrado com a GALP, o desconto incide sobre o preço publicado no Diário da República e não sobre as eventuais promoções que venham a praticar-se. Os associados devem optar pelo que lhes ficar mais barato. •

### Serviços da Sede

Em Agosto, os serviços encontram-se encerrados, com excepção da Secretaria/Atendimento para casos urgentes.

Os serviços clínicos reabrem com alguns ajustamentos a nível de funcionamento. Informe-se junto do próprio serviço. •

## Nota da Redacção

Por motivo de férias da redacção durante o mês de Agosto, não será publicada a edição de Setembro do ELO. No decorrer do mês de Setembro, de regresso de férias, a equipa do ELO está pronta a receber as notícias para publicar na edição de Setembro/Octubre.

A Redacção

### Taxa de Rádio-amador

No dia 11 de Julho, foi publicada a Portaria n.º 394/98, que concede aos “diminuídos físicos”, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento, amadores de radiocomunicações, uma redução de 70 por cento do valor da taxa de utilização de estações de amador.

Este benefício é prestado mediante apresentação de certificado de invalidez ou de incapacidade permanente, ou de cópia autenticada emitida por organismo competente.

“Não obstante se louvar a medida adoptada, não se pode deixar de lamentar a expressão “diminuídos físicos” utilizada no documento, referindo-se aos cidadãos portadores de deficiência através de terminologia imprópria e até já expurgada dos textos legislativos”, desabafou Hugo Guerra, membro da Direcção Nacional da ADFA. (ver “Direitos e Deveres”, na página 13). •

### Emprego domiciliário

A publicação da Lei n.º 31/98, de 13 de Julho, veio estabelecer um regime de incentivos ao emprego domiciliário de trabalhadores deficientes.

Estabeleceu-se que “os encargos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), correspondentes à contratação de trabalhadores portadores de deficiência admitidos por contrato sem termo, são levados a custo em valor correspondente a 200 por cento”.

No caso de contratos de prestação de serviços ou de trabalho a termo celebrados com indivíduos com deficiência, os encargos vão ser de 150 por cento.

Esta medida é aplicável no caso dos trabalhadores portadores de deficiência que possuam uma capacidade de trabalho inferior a 80 por cento da normalmente exigida para as mesmas funções profissionais, tendo o Governo um prazo de 90 dias para proceder à regulamentação desta lei. (ver “Direitos e Deveres”, na página 13). •

### Técnico(a) de Serviço Social

Precisa-se para a zona de Lisboa

Respostas com “curriculum” até 20 de Agosto, para o Serviço de Recrutamento e Selecção de Pessoal, Edifício ADFA, Av. Padre Cruz - 1600 LISBOA

## TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



## ... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:  
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00  
 TM: 0931 25 50 23  
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83  
 TM: 0931 26 61 53

